

Quem disse ?

«O conceito que tenho do exercício do poder político leva-me a assumir por completo as responsabilidades políticas deste acidente»

Jorge Coelho

Conferência de Imprensa
5 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1099 • 8 MARÇO 2001 • SEMANAL • 100\$ • 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

JORGE SAMPAIO

TOMADA DE POSSE

SEXTA-FEIRA, 9
**ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA**

Governo

Novos ministros empossados segunda-feira

Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso, indigitados, no dia 6, pelo primeiro-ministro para os ministérios do Equipamento Social e do Trabalho e da Solidariedade terminaram, ontem, a formação dos respectivos gabinetes.

António Guterres resolveu deste modo a lacuna criada pela saída de Jorge Coelho da pasta do Equipamento Social, recorrendo a Ferro Rodrigues, que transita do Trabalho e da Solidariedade para o Equipamento Social, enquanto para o seu lugar sobre Paulo Pedroso, até agora secretário de Estado do Trabalho e Formação. Com apenas 35 anos, Paulo Pedroso será o mais novo ministro do elenco governamental socialista e terá como secretário de Estado do Trabalho António Dornelas e na Secretaria de Estado da Segurança Social José Manuel Simões de Almeida.

Dornelas é docente universitário, exercendo até agora funções como assessor do Presidente da República, desde o primeiro mandato, para as questões relacionadas com o trabalho e assuntos sociais.

Por seu turno, Simões de Almeida é magistrado, ocupando desde há seis anos o cargo de inspetor-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

No Ministério do Equipamento Social estreiam-se Vieira da Silva, ex-secretário de Estado da Segurança Social, e Rui Cunha, ex-secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade. Ambos transitam com Ferro Rodrigues da Praça de Londres para o Palácio Penafiel, onde exercerão funções de secretário de Estado da Obras Públicas e adjunto e dos Transportes, respectivamente.

Destaque-se que dois dos cinco secretários de Estado de Jorge Coelho vão manter-se com Ferro Rodrigues: Leonor Coutinho, que permanece na Habitação, cargo que ocupa desde 1995, e José Junqueira, que continua como secretário de Estado da Administração Portuária.

Tragédia da ponte de Entre-os-Rios

Resgatar os corpos das vítimas e apoiar as famílias são prioridades



O País esteve de luto até ontem (decretado pelo Governo) em memória das vítimas da tragédia da ponte de Entre-os-Rios. O trágico acontecimento levou o primeiro-ministro e o Presidente da República a deslocarem-se àquela localidade. Resgatar os corpos no mais breve curto espaço de tempo possível (na quarta-feira ainda continuavam as buscas) e apoiar as famílias das vítimas são as prioridades. A tragédia teve ainda como consequência o pedido imediato de demissão de Jorge Coelho do Governo, uma atitude que revela a dignidade e o carácter de um político com um percurso ímpoluto e dedicado à causa pública. Um exemplo de ética republicana.

Política

Demissão de Jorge Coelho Um exemplo de dignidade e ética republicana



O ministro do Equipamento, camarada Jorge Coelho, demitiu-se na madrugada do dia 5 na sequência da derrocada do tabuleiro da ponte de Entre-os-Rios (Penafiel), uma atitude que revela o carácter de um político, mas acima de tudo de um homem pautado por valores de dignidade.

Sociedade & País

Ano Europeu das Línguas Abrir caminho ao Português



O Governo socialista vai apostar num trabalho de integração do Português como língua estrangeira de opção em todos os sistemas educativos da União Europeia, sendo esta uma das metas prioritárias no contexto do Ano Europeu das Línguas 2001.



Jorge Coelho

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, demitiu-se na madrugada de segunda-feira na sequência da derrocada do tabuleiro da ponte de Entre-os-Rios, que arrastou um autocarro e três veículos para as águas do Douro, provocando a morte a um número ainda indeterminado de pessoas.

Chamando a si a totalidade das responsabilidades políticas do sucedido, Coelho considerou que, «quando acontecem estas coisas, tem que haver responsabilidades das pessoas e eu não posso aceitar que num acidente em que tenham morrido tantas pessoas não pudesse haver alguém que assumisse a responsabilidade política do assunto e esse alguém só posso ser eu que sou o ministro do Equipamento Social».

Uma atitude nobre, de elevado sentido de responsabilidade e de ética política. «Eu ando há anos demasiados na política para brincar com a política e com aquilo com que não se pode brincar. Eu não brinco com coisas sérias», afirmou Jorge Coelho em conferência de Imprensa. António Guterres, em declarações sobre a demissão de Coelho, classificou «o seu braço direito» - como muitas vezes era apontado -, como «um grande amigo e um colaborador muito próximo», salientando «que foi uma perda muito importante».

Recorde-se que o camarada Jorge Coelho foi um dos principais obreiros da estratégia que levou o PS à vitória nas legislativas de 1995, e que a sua ligação a António Guterres tem sido de tal forma forte e próxima que o secretário-geral do PS chegou recentemente, a classificá-lo como «um dos homens mais competentes que já passou pelos Governos do País, desde 25 de Abril de 1974».

A saída de Jorge Coelho é uma enorme perda para o Governo, para o primeiro-ministro que perde um dos seus «homens de confiança» e para o País que perde uma das suas figuras de referência.

Durante a sua permanência à frente da pasta do Equipamento Social, Jorge Coelho lançou o gabinete para a nova travessia rodo-ferroviária sobre o Tejo, dando prioridade à componente de via férrea. Estando a decorrer os estudos, desde Maio do ano passado, prevê-se, ainda este ano, o lançamento do concurso do empreendimento, estimado em mais de 400 milhões de contos.

Foi ainda Jorge Coelho o principal responsável pelo processo de atribuição das licenças de telemóveis de terceira geração (UMTS), quem escolheu a Ota para a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa e deu um impulso decisivo para a construção da linha férrea TGV Lisboa/Porto/Vigo/Madrid.

A sua sensibilidade social levou-o a manter o congelamento das portagens na Ponte 25 de Abril, no âmbito da renegociação do contrato de concessão da Lusoponte, acabando com o conflito crescente entre o Governo e a concessionária.

Mas, além da vasta obra nas diversas pastas que ocupou desde 1995, no Governo, Jorge Coelho deixa, sobretudo, um enorme exemplo. Um exemplo de grande dignidade política e de respeito. E como salienta António Guterres: «Foi uma perda muito importante, mas espero que possamos continuar a trabalhar muito próximos».

Açores: Governo acolhe preparação de lei de garantia salarial para a pesca

O Governo açoriano e representantes dos pescadores chegaram a acordo para constituição de um grupo de trabalho destinado a preparar legislação que garanta apoios aos rendimentos da classe em situações de mau tempo ou quebra nas pescarias.

Segundo o sindicato dos pescadores, o grupo encarregue de elaborar a lei de garantia salarial para a classe nas ilhas

integrará representantes sindicais e parceiros sociais do sector.

O Governo Regional tem, paralelamente, em curso a preparação de uma intervenção de emergência destinada a fazer face à situação difícil com que se confrontam os pescadores do arquipélago em consequência do persistente mau tempo impeditivo de saídas para o mar.

Lisboa e Washington vão reforçar Acordo das Lajes

A nova Administração norte-americana quer manter o acordo da base aérea das Lajes, nos Açores, e concordou em reforçar áreas de cooperação ao abrigo desse acordo, disse na terça-feira o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

O ministro português falava após um encontro com o secretário de Estado Colin Powell, a quem Jaime Gama pediu «um esclarecimento sobre a visão americana do uso da base».

«O secretário Powell foi realista, demonstrando o interesse que os Estados Unidos continuam a ter no acordo e utilização da base», disse o chefe da diplomacia portuguesa.

Jaime Gama declarou ter feito notar a Powell a necessidade de «valorizar mais»

certos aspectos do acordo, como a cooperação militar, científica e técnica, e «a área de desenvolvimento à região autónoma dos Açores».

«Decidimos criar uma cooperação reforçada para tornar mais visível esses domínios de cooperação para que o acordo tenha resultados palpáveis e mais evidentes», disse o ministro português.

Jaime Gama admitiu que em alguns casos há apenas a necessidade de melhor comunicar os resultados e benefícios dessa cooperação, «que não é sabida», mas noutros «trata-se mesmo de reforçar áreas de cooperação».

Jaime Gama disse ter havido acordo de Powell nesta posição.

«Portanto vamos trabalhar nesse sentido e nessa direcção», acrescentou.

Arrancaram «censos» aos lares de idosos legais

Conhecer a realidade dos lares de idosos legais em Portugal bem como dos seus utentes é objectivo de um inquérito nacional que arrancou, no dia 5, no âmbito da acção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Cerca de 170 inquiridores iniciaram assim um trabalho de dois meses para efectuarem o levantamento exaustivo das condições físicas dos lares, bem como das necessidades dos seus utentes, uma caracterização que, de acordo com o inspector-geral da tutela, «será um instrumento de trabalho fundamental para

a definição de políticas para os idosos».

«É um trabalho que nunca foi feito em Portugal e que nos permitirá obter a fotografia institucional da realidade dos lares em Portugal e dos seus utentes para que as autoridades possam estar habilitadas a tomar as medidas necessárias à melhoria dos serviços prestados à terceira idade», afirmou Simões de Almeida.

Actualmente estão identificados cerca de 1300 equipamentos legais destinados à terceira idade, os quais albergam cerca de 46 mil pessoas.

Mais professores portugueses para Timor-Leste

Vinte e quatro professores de língua portuguesa partiram domingo, dia 4, do Aeroporto da Portela, para Timor-Leste.

Estes docentes compõem o segundo grupo de professores que parte para o território timorense com dois objectivos muito específicos: por um lado, o reforço do trabalho realizado, até à data, pelo grupo de cerca de 140 professores portugueses que já se encontra no terreno a ministrar aulas de língua portuguesa nas escolas do ensino secundário timorense e, por outro, a formação, em língua portuguesa, de jovens timorenses candidatos à obtenção de uma bolsa para a frequência do ensino superior público em

Portugal.

A 8 de Fevereiro passado partiram, com a mesma missão, os primeiros sete professores deste grupo que totaliza agora 31 docentes de língua portuguesa.

Deste modo, é reforçada a equipa que ministrará a frequência de um curso de língua portuguesa aos jovens candidatos à obtenção de bolsas de estudo nos estabelecimentos de ensino superior em Portugal.

Recorde-se que a frequência, com aproveitamento, deste curso, é um dos requisitos indispensáveis ao processo de selecção dos 500 timorenses aos quais será facultada a já referida bolsa.



A VERDADE SOBRE A CRISE

Ladeado por membros da Comissão Permanente do PS, o camarada Mário Soares, em conferência de Imprensa, fez «uma impressionante exposição» sobre a grave crise económica e social do País.

Esta conferência de Imprensa histórica era o tema em destaque nesta edição de 10 de Março de 1983 (ocupava três páginas).

Na exposição perante os jornalistas no Largo do Rato, o líder do PS fazia o retrato real da situação do País após a queda do Governo da AD.

«A AD deixa um Portugal económica e financeiramente destruído», afirmava Soares, acrescentando que a recuperação do País «é possível, mas que ninguém espere milagres».

«Toda a gente sente que a crise é grave mas não tem consciência dos limites», alertava Soares sublinhando que, com base no trabalho elaborado durante meses, o PS tinha pronto o seu manifesto eleitoral, onde se enunciavam as medidas essenciais de uma resposta socialista para a crise.

J. C. CASTELO BRANCO

10 de Março

Quem disse?

«Lenine qualificava "o sufrágio universal" como "uma das armas do Estado burguês"».

Alfredo Barroso



ENTRE-OS-RIOS

Tragédia da ponte

RESGATAR OS CORPOS DAS VÍTIMAS E APOIAR AS FAMÍLIAS SÃO PRIORIDADES

O País esteve de luto até ontem (decretado pelo Governo) em memória das vítimas da tragédia da ponte de Entre-os-Rios. O trágico acontecimento levou o primeiro-ministro e o Presidente da República a deslocarem-se àquela localidade. Resgatar os corpos no mais breve curto espaço de tempo possível (na quarta-feira ainda continuavam as buscas) e apoiar as famílias das vítimas são as prioridades.

A tragédia teve ainda como consequência o pedido imediato de demissão de Jorge Coelho do Governo, uma atitude que revela a dignidade e o carácter de um político com um percurso ímpoluto e dedicado à causa pública. Um exemplo de ética republicana.

O primeiro-ministro, António Guterres, deslocou-se logo no dia 5 a Entre-os-Rios.

Num ambiente de grande tensão alguns populares lançaram gritos contra a comitiva governamental, uma reacção que Guterres qualificou de «normal», dado tratar-se de um momento de «grande emoção». «Temos de ter um enorme respeito e compreensão pelo sofrimento das pessoas, que estão muito emocionadas. O mínimo que se pode ter é o máximo de respeito», afirmou Guterres.

O primeiro-ministro salientou que «o importante, agora, é conseguir a máxima eficácia nas operações de busca e um máximo de dignidade na forma como todos



os envolvidos estão a ser acompanhados». Questionado sobre a demissão de Jorge Coelho, o chefe de Governo sublinhou que «todos devem reconhecer a extrema dignidade» que o ministro demonstrou.

«Ninguém pode acreditar na culpa ou responsabilidade pessoal de Jorge Coelho, mas em política é preciso dar exemplo», afirmou, classificando Jorge Coelho como «um grande amigo e um colaborador muito próximo».

«Foi uma perda muito importante, mas espero que possamos continuar a trabalhar muito próximos», acrescentou.

António Guterres admitiu que, «de alguma forma», a derrocada poderia ter sido evitada, mas salientou que existem no país «muitas situações semelhantes a esta» e «ninguém poderia honestamente pensar que isto

aconteceria».

O primeiro-ministro salientou ainda que o projecto de construção de uma nova ponte em Entre-os-Rios estava a ser reformulado de modo a «adequá-lo às necessidades do tráfego moderno», nomeadamente através da sua inserção no futuro IC 35. Guterres acrescentou que não há possibilidade de instalar, de imediato, uma nova ponte, um projecto que só poderá ser executado «sempre dentro de um tempo dilatado, de dois a três anos».

A derrocada da centenária ponte ocorreu domingo às 21 horas, arrastando consigo quatro veículos ligeiros e um autocarro com 67 pessoas a bordo.

Sampaio defende profundo inquérito

Também logo no dia 5, numa curta declaração no Palácio de Belém, o Presidente da República defendeu «um profundo inquérito a todos os níveis» ao trágico acidente de Entre-os-Rios para se «evitar especulações» e fornecer respostas objectivas sobre as causas da derrocada da ponte local.

Na sua intervenção, Jorge Sampaio abordou também a demissão do ministro do Equipamento, Jorge Coelho, que considerou «um gesto política e eticamente

positivo».

O Presidente da República reafirmou ainda a sua «profunda solidariedade» perante o sofrimento das famílias das vítimas e exprimiu o seu apoio àqueles que se esforçam por recuperar os corpos do fundo do rio.

No dia 6, Jorge Sampaio deslocou-se a Entre-os-Rios, tendo sido recebido em silêncio pela população.

Depois de ter visitado o local onde se registou o acidente e após ter participado numa reunião na tenda da Protecção Civil, Jorge Sampaio acompanhado de Maria José Ritta fez questão de visitar pessoalmente todos os familiares das vítimas.

De casa em casa procurou confortar a população e dar conta do ponto da situação.

Na Junta de Freguesia da Raiva, de onde era natural a maior parte das vítimas, perante cerca de cem familiares, Sampaio prometeu que «se for preciso recorrer a meios internacionais não deixaremos de o fazer».

Sampaio explicou que se trata de «uma exigência da República», mas a emoção aumentou e o Presidente não pôde conter as lágrimas perante os familiares das vítimas.

De referir que o chefe de Estado cancelou uma recepção que deveria realizar-se no Palácio da Ajuda, uma deslocação ao túmulo de Camões e uma visita prevista para esse dia a um jardim de infância.

Na sexta-feira, a única cerimónia que se mantém é a posse de Sampaio na Assembleia da República.

J.C.C.B.

JORGE COELHO

Demissão

UM EXEMPLO DE DIGNIDADE E ÉTICA REPUBLICANA

O ministro do Equipamento, camarada Jorge Coelho, demitiu-se na madrugada do dia 5 na sequência da derrocada do tabuleiro da ponte de Entre-os-Rios (Penafiel), uma atitude que revela o carácter de um político, mas acima de tudo de um homem pautado por valores de dignidade.

Em conferência de Imprensa convocada para a madrugada do dia 5, Jorge Coelho salientou que «a culpa não pode morrer solteira» e anunciou que solicitou a António Guterres a «demissão irreversível» da pasta do Equipamento Social, bem como a saída do Governo.



«Como é evidente, nesta matéria, o conceito que tenho do exercício do poder político faz com que a culpa não pode morrer solteira», disse.

Jorge Coelho acentuou também que, perante uma situação como esta, «têm de se tirar consequências políticas das responsabilidades que se tem no exercício de poder» e do cargo de ministro.

«O conceito que eu tenho dessas funções faz com que eu assumo por completo a responsabilidade política deste acidente e, neste sentido, já solicitei a minha demissão de ministro do Equipamento Social ao primeiro-ministro e considero que não tenho condições para continuar a exercer o cargo que venho exercendo até ao momento», continuou.

Continua na página seguinte

UM PERCURSO AO SERVIÇO DO PARTIDO E DA CAUSA PÚBLICA

No plano político, o camarada Jorge Coelho tem um percurso que demonstra a irreverência da juventude e a maturidade da idade adulta, mas sempre com a razão e o coração à esquerda.

O camarada Jorge Coelho, 47 anos, responsável desde há anos, no plano organizativo, por várias vitórias do PS, e também um dos homens de confiança do primeiro-ministro, António Guterres, começou a notabilizar-se em Macau pela sua capacidade de trabalho e de acção, onde desempenhou cargos governativos durante e após o consulado de Carlos Melancia - ao enfrentar a «revolta dos polícias», surpreendendo a todos pela coragem demonstrada.

Órfão de pai, fez a instrução primária em Contanças e o antigo sétimo ano dos liceus em Lisboa.

Entrou para a política emocionalmente, ao aderir, por solidariedade com a irmã - estudante em Coimbra - à greve de 1969. Só esteve um ano matriculado no Instituto Industrial de Coimbra, mas acabou por desistir, empregando-se aos 17 anos num gabinete de projectos, como desenhador. Em 1973 matriculou-se em economia, mas também por pouco tempo, porque aderiu à CDE nas eleições desse ano, juntando-se depois à extrema-esquerda.

O 25 de Abril de 1974 apanhou-o no Instituto Superior Técnico, onde nunca foi aluno, fazendo antes parte do Orfeu Académico de Lisboa, grupo que, em vez de cantar, fazia agitação política.

Militava então nos Comités Revolucionários Marxistas-Leninistas, de tendência maoísta, passando sucessivamente pela Organização para a Reconstrução do Partido Comunista - Marxista-Leninista (ORPC-ML) e Partido Comunista Reconstruído (PCR), ligado à UDR, que abandonou depois do 25 de Novembro. Foi funcionário público fundador do Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral (STAPE) do Ministério da



Administração Interna.

Em 1977 voltou a estudar, concluindo a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, em 1982.

Iniciou a carreira política como chefe de gabinete de Murteira Nabo quando este foi secretário de Estado dos Transportes no Governo do Bloco Central (1983), cargo em que se manteve até 1985, ano em que foi nomeado secretário-geral da Carris.

A sua acção de coordenação no MASP-1 valeu-lhe a inclusão nas listas de candidatos do PS à Assembleia da República em 1987. Já deputado, depois do MASP-1 e juntamente com António Guterres fez parte da comissão que conduziu à candidatura vitoriosa de Victor Constâncio a secretário-geral do PS. Desde 1985 é membro da Comissão Política do PS.

Chamado de novo por Murteira Nabo, então secretário-adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais de Macau, partiu em Dezembro de 1988 para o território e foi seu chefe de gabinete.

Posteriormente, ainda em Macau, foi secretário de Estado para a Educação, Comunicação Social e Assuntos Parlamentares.

Regressou definitivamente a Portugal após a posse de Rocha Vieira como governador

do território, retomando o lugar de deputado na Assembleia da República. Em 1992 entrou para o Secretariado Nacional do PS, com o pelouro da organização das campanhas do partido, no mesmo ano em que António Guterres foi eleito para a liderança dos socialistas, numa campanha por si conduzida.

O promotor da terceira travessia do Tejo

Enquanto ministro do Equipamento Social, a construção de uma terceira travessia do ferroviária sobre o Tejo em Lisboa, com prioridade à componente de via férrea, foi uma das suas principais decisões.

Jorge Coelho, que assumiu funções em fins de Outubro de 1999, em substituição de João Cravinho, herdou do seu antecessor um vasto conjunto de projectos para a infra-estruturação do país, projectos que decidiu ou lançou.

O ministro assumiu funções em pleno período de reestruturação da antiga Junta Autónoma de Estradas (JAE), que deu lugar a três institutos públicos.

Responsável do segundo Governo de António Guterres pelas obras públicas, transportes, comunicações e habitação, foi Jorge Coelho o principal responsável pelo processo de atribuição da licenças de telemóveis de terceira geração (UMTS).

Foi ainda Jorge Coelho quem escolheu a Ota para a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa, uma decisão de futuro e de visão, e deu um impulso, decisivo, para a construção da linha férrea TGV Lisboa/Porto/Vigo/Madrid.

O ex-ministro manteve o congelamento das portagens na Ponte 25 de Abril, no âmbito da renegociação do contrato de concessão da Lusoponte, acabando com o conflito crescente entre o Governo e a concessionária.

De João Cravinho herdou ainda o plano de modernização da rede ferroviária nacional, nas linhas do Algarve, Norte, Minho e

Douro, Beira Baixa, mas também o problema muito complicado existente de modernização da ligação entre Lisboa e Porto, com atrasos de anos e investimentos crescentes.

No final de 1999 e na sequência de auditorias mandadas efectuar por João Cravinho, Jorge Coelho impôs à REFER metas para a modernização da linha do Norte até 2004.

Sempre muito confiante, Jorge Coelho considerava que, com os quatro mil milhões de contos previstos no III Quadro Comunitário de Apoio até 2006, Portugal poderia dispor finalmente das necessárias infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias.

1500 km de autoestradas

Jorge Coelho recebeu a responsabilidade de promoção da construção de mais 1.500 quilómetros de novas auto-estradas e costumava dizer que «está em curso a maior frente de construção de novas auto-estradas» que país algum teve.

Em fase de inauguração está um troço da A14, concessão da Brisa, na região de Coimbra, parte de um empreendimento que ligará Figueira da Foz a Coimbra ainda este ano.

O atê agora ministro do Equipamento Social apostou forte na construção da auto-estrada para o Algarve (A2), concessão da Brisa, que sofreu atrasos diversos por questões ambientais.

Em 2002, Lisboa e o Algarve ficarão, finalmente, ligados por auto-estrada, e em meados de 2004 por uma linha férrea eléctrica moderna através da Ponte 25 de Abril, como constava do programa da candidatura portuguesa para o Euro-2004. Até 2004 ficarão também concluídas as novas auto-estradas da Costa de Prata (Aveiro), do Litoral Centro (Leiria-Coimbra), das concessões do Norte (Porto, Braga, Viana do Castelo e Vila Real) e da Beira Interior (Castelo Branco e Guarda).

Continuação

«Eu demiti-me de forma irreversível, não coloquei o lugar à disposição, que é uma coisa diferente», acentuou.

Jorge Coelho adiantou também que uma decisão desta natureza (demissão) não é tomada «a brincar».

«Eu ando há anos demasiados na política para brincar com a política e com aquilo com que não se pode brincar. É uma decisão a sério e é irreversível. Eu não brinco com coisas sérias, com o exercício do poder político, com aquilo que do meu ponto de vista deve ser o sentido da responsabilidade e o sentido ético da política», adiantou.

E continuou: «O ministro do equipamento sou eu. Sou eu o mais alto responsável político que existe aqui no ministério e como

tal assumo totalmente as responsabilidades políticas daquilo que aconteceu».

«Quando acontecem estas coisas, tem que haver responsabilidades das pessoas e eu não posso aceitar que num acidente em que tenham morrido tantas pessoas não pudesse haver alguém que assumisse a responsabilidade política do assunto e esse alguém só posso ser eu que sou o ministro do Equipamento Social», afirmou.

O ministro anunciou que já nomeou uma comissão de inquérito presidida pelo director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e que os primeiros resultados deverão ser divulgados num prazo de 15 dias.

De acordo com Jorge Coelho, essa comissão irá apurar as responsabilidades

pelo que aconteceu e de todas as entidades envolvidas.

Portugal tem um grande primeiro-ministro

«Acho que o país tem de acreditar nas instituições. E nesse sentido tem de haver sinais claros de responsabilização», adiantou. Jorge Coelho deixou ainda palavras de apreço para com António Guterres, considerando que Portugal «tem um grande primeiro-ministro».

«Lutei muito por ele e lutarei muito por ele. O país tem um grande primeiro-ministro que me terá sempre ao seu lado e isso é que é importante. Que os portugueses continuem a acreditar nisso. Eu sair é completamente

secundário neste processo. Estou a fazer aquilo que a minha consciência me dita e nada pode ser mais forte do que a minha consciência nesta matéria».

Jorge Coelho enviou, em nome do Governo e em nome pessoal, «as mais sentidas condolências aos familiares de todos aqueles que perderam a vida» no acidente com a ponte de Entre-os-Rios.

Disse ainda que visitou a ponte há cerca de um ano e que teve oportunidade de ver uma estrutura com um número significativo de anos (mais de 100) e, nesse sentido, face a alguma degradação ao nível do tabuleiro, foi tomada a decisão de fazer outra ponte.

«Tomei essa decisão e essa ponte que vai ser feita custará à volta de três milhões de contos (ponte e acessos)», afirmou.

AGRICULTURA

Medidas mais dramáticas contra surto de febre aftosa

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, garantiu, no dia 3, que o Governo português não hesitará em tomar medidas «mais drásticas», caso o surto de febre aftosa registado no Reino Unido passe para o continente.

«Podemos, designadamente, fechar as fronteiras a animais oriundos de outros países e, numa situação extrema, proceder à vacinação dos animais, se tal for consensualizado em termos europeus», frisou Capoulas Santos.

«A doença, neste momento, ainda estará circunscrita às ilhas britânicas, pelo que devemos actuar com cautela, mas sem precipitação», acrescentou o governante, sublinhando as medidas «de grande amplitude» tomadas pelo Governo português para prevenir a propagação da doença.

Entre essas medidas, o ministro destacou a decisão de sequestrar todos os animais entrados em Portugal, qualquer que seja a sua origem, durante pelos menos 21 dias, que é o período da incubação da doença.

Outra medida tomada tem a ver com a desinfecção dos sapatos de todos os passageiros oriundos do Reino Unido e que entram em Portugal pelos portos ou aeroportos, «já que os sapatos são um veículo privilegiado para a transmissão da febre aftosa».

«Todas estas medidas durarão até que tenhamos indicações que o surto, na sua origem, está debelado, o que aparentemente ainda não sucedeu, já que hoje mesmo (dia 3) tive conhecimento que três novos focos deflagraram no Reino Unido», disse ainda Capoulas Santos.

O ministro falava, em Ponte de Lima, à margem da cerimónia de inauguração do Museu Rural da vila, que resultou da recuperação dos anexos agrícolas da Quinta do Arnado, num investimento que ascendeu a 55 mil contos.



incluindo a do Bloco de Esquerda que, concordando com a filosofia da proposta de lei, quer garantias de que o Governo não vai avançar com a criação de círculos eleitorais uninominais, que considera incompatíveis com a paridade.

«Crítico o argumento dos círculos uninominais, pois a sua criação é uma hipótese ainda remota e nem se sabe se vai haver um consenso de dois terços para a sua aprovação», defendeu Oliveira Martins, acrescentando que a discussão está «invertida».

«Havendo uma lei da paridade, a criação dos círculos uninominais terá que ser feita à luz dessa lei», justificou, adiantando que quem inviabilizar a lei «tem a responsabilidade de não querer assumir, com todas as consequências, o aumento da participação das mulheres na vida cívica».

Oliveira Martins manifestou o desejo de que o diploma seja submetido a uma votação na generalidade, «para pôr aos diferentes partidos essa responsabilidade», e mostrou-se aberto à introdução de alterações à proposta de lei em sede de comissão parlamentar.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Deferidos 35 mil novos contratos laborais

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, disse, no dia 2, em Leiria, que a Inspeção de Trabalho deferiu 35 mil novos contratos de trabalho desde que a nova lei da imigração entrou em vigor.

Durante a inauguração oficial do Centro de Emprego de Leiria, o ministro da tutela anunciou que o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) autorizou cerca de 35 mil contratos de trabalho, sinal que «há pelo menos 35 mil pessoas que em relação aos organismos do trabalho e da segurança social têm a sua situação regularizada».

Este responsável explicou ainda que «as contribuições para a Segurança Social cresceram muito mais do que o que estava previsto».

«Se os salários crescem e se há mais emprego, isso significa que as empresas não estão mal», afirmou.

Paralelamente ao processo de legalização de imigrantes, o ministério verificou que o número de empresas legalizadas também aumentou.

A pressão da Inspeção de Trabalho, dos sindicatos e das pessoas que se querem legalizar está a levar a que algumas empresas que estavam ilegais também se estejam a legalizar.

«Este processo acaba por ter um reflexo e uma reprodução maior do que parecia à primeira vista», disse Ferro Rodrigues, considerando que a nova lei «acaba por legalizar empresas e estruturas», fazendo com que a «economia paralela seja cada vez mais marginal».



FINANÇAS

Lobos do fisco denunciados

Pina Moura reiterou, no dia 5, em Évora, «ser essencial que haja mais justiça fiscal», e afirmou que o Governo «não pode deixar que os lobos da fraude e da evasão fiscal vistam a pele de cordeiros».

O ministro das Finanças falava aos jornalistas após debater com os dirigentes tributários do distrito de Évora a reforma fiscal e os aspectos práticos do processo, além do Programa de Modernização da Administração Tributária.

«O Governo não pode deixar que, a partir de alguns casos que precisam de ser melhorados ou corrigidos ou conhecidos para ser melhor interpretados pela lei, os lobos da fraude e da evasão fiscal vistam a pele de cordeiros», disse.

Considerando que a reforma fiscal está no bom caminho, Pina Moura lembrou que «há seis meses o Governo era criticado por não ter feito nenhuma reforma e há três meses era criticado por estar a fazer uma reforma que se dizia que era rápida de mais».

Agora, acrescentou, o Executivo «é criticado por alguns porque a reforma fiscal já está a produzir os seus efeitos e então, por vezes, tenta-se dizer que esses efeitos são uns tantos casos de injustiça relativa, que vão ser corrigidos numa circular do director-geral dos Impostos».

O ministro referia-se nomeadamente ao âmbito de aplicação das novas regras de tributação àqueles que emitem recibos verdes.



TURISMO

Nova lei não governamentalizará regiões

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, garantiu, no dia 2, que não haverá qualquer tentativa de «governamentalizar» as Regiões de Turismo através de uma nova lei-quadro.

Falando em Faro, durante uma cerimónia de assinatura de protocolos para o sector, o governante afirmou que, «se se fizer a nova lei-quadro das Regiões de Turismo, ela será nacional e não só para alguns».

Nesse sentido, garantiu, a nova legislação vai reforçar a autonomia e alargar as competências e os meios das 19 Regiões de Turismo existentes em todo o País e nunca diminuí-las», sustentando que se tratará de «um diploma consensual com as Regiões de Turismo».

Contudo, recordou que as Regiões de Turismo têm um papel a cumprir «no quadro da política de turismo definida pelo Governo e, por outro lado, também da vontade dos que as elegem, maioritariamente as Câmaras Municipais».

Durante a sua intervenção, Vítor Neto sublinhou a pujança do sector turístico em Portugal, e no Algarve em particular, nos anos que se seguiram à Exposição Mundial de Lisboa, em 1998.

«O turismo está vivo, impaciente e nervoso, o que é um bom sinal», disse, aduzindo que, no ano passado, o Algarve contou com a maior taxa média de ocupação de sempre, com cerca de 70 por cento das suas 90 mil camas classificadas ocupadas.



PRESIDÊNCIA CM

Tudo pela viabilização da paridade feminina

O ministro da Presidência, Guilherme de Oliveira Martins, afirmou, no dia 3, que o Governo e o PS vão «fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para viabilizar a lei da paridade».

Oliveira Martins referia-se à proposta de lei do Executivo de introdução de quotas femininas nas listas partidárias que está a ser discutida hoje, na Assembleia da República.

O diploma corre o risco de não ser aprovado, por oposição das restantes bancadas,



MENORES COM TAREFAS PROIBIDAS OU CONDICIONADAS

O Executivo socialista definiu os trabalhos proibidos ou condicionados aos menores com idade inferior a 16 anos e que já concluíram a escolaridade obrigatória, bem como os trabalhos leves que lhes são permitidos.

A medida foi tomada na passada quinta-feira, dia 1, em reunião de Conselho de Ministros, realizada em Lisboa.

Na sequência da aprovação da lei sobre o trabalho e emprego de menores, o Governo aprovou um diploma que actualiza a regulamentação dos trabalhos leves que os menores com menos de 16 anos idade e que concluíram a escolaridade obrigatória podem efectuar, bem como as actividades e trabalhos que são proibidos a todos os menores ou condicionados aos que têm pelo menos 16 anos de idade.

Entre as alterações introduzidas destaca-se a actualização dos processos, trabalhos e actividades que, em razão do risco de exposição a determinados agentes físicos, biológicos ou químicos, são proibidos a todos os menores; e a actualização das actividades que, em razão dos agentes físicos, biológicos ou químicos, são proibidos a menores com menos de 16 anos, e cuja execução por parte de menores com pelo menos 16 anos é condicionada a uma vigilância específica de avaliação da natureza, grau e duração da exposição dos menores aos riscos e à existência de medidas necessárias para os evitar.

Os menores com menos de 16 anos têm o direito de passar a trabalhar a tempo parcial, com um número de horas a acordar com o empregador ou que, somado às horas de escolaridade, de orientação ou de formação, perfaz 40 horas semanais, e a uma bolsa para compensação da perda de remuneração.

Punições endurecidas

Na mesma reunião, os ministros aprovaram



um decreto-lei que prevê as contra-ordenações correspondentes à violação das novas disposições legais aplicáveis ao trabalho de menores e à dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade para ao trabalhadores que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade. As alterações introduzidas devem-se, por um lado, à necessidade de consagrar, atenta a sua relevância social, a punibilidade do incumprimento das novas disposições legais relativas ao trabalho de menores e à dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade para os trabalhadores que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade (grávidas, puérperas, menores, deficientes) e, por outro lado, ao intuito de melhorar a inserção sistemática da regra que prevê que os estabelecimentos de ensino comuniquem aos serviços de segurança social as situações de abandono escolar

por parte de menores sem a idade mínima de admissão que não tenham concluído a escolaridade obrigatória.

Nos termos do diploma passa a constituir contra-ordenação muito grave a imposição a menores com idade inferior a 16 anos de trabalhos condicionados aos menores entre 16 e 18 anos; e a conduta do empregador que exerça coacção sobre o menor para que este preste trabalho suplementar.

Passa, por seu turno, a constituir contra-ordenação grave a violação das regras que prevêem horários de trabalho organizados em função das necessidades específicas dos menores, grávidas, puérperas e deficientes (até agora, não lhe estava associada nenhuma sanção).

Este endurecimento das sanções legais existentes será um instrumento essencial na política de combate ao trabalho infantil, na medida em que se articula com o forte aumento dos níveis de fiscalização da IGT que teve lugar nos últimos anos.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que define os trabalhos proibidos ou condicionados aos menores com idade inferior a 16 anos e que já concluíram a escolaridade obrigatória, bem como os trabalhos leves que lhes são permitidos;
- Um decreto-lei que prevê as contra-ordenações correspondentes à violação das novas disposições legais aplicáveis ao trabalho de menores e à dispensa de horários de trabalho com adaptabilidade para ao trabalhadores que se encontrem em situação de particular vulnerabilidade;
- Um decreto-lei que simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e a alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinados a arrendamento;
- Um decreto-lei que cria um seguro pecuário bonificado aos produtores pecuários dos efectivos reprodutores das espécies bovina, ovina, caprina e suína;
- Um decreto-lei que altera o quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aditando um lugar na categoria de conselheiro técnico principal da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia;
- Um decreto-lei que procede a nova prorrogação dos contratos de trabalho a termo certo que, ao abrigo do artigo 2.º do decreto-lei n.º 68/2000, de 26 de Abril (altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde), haviam sido prorrogados até 28 de Fevereiro de 2001;
- Um decreto-lei que procede a nova prorrogação dos contratos de trabalho a termo certo celebrados pelo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência que, ao abrigo do artigo 1.º do decreto-lei n.º 118/2000, de 4 de Julho, haviam sido prorrogados até 28 de Fevereiro de 2001;
- Um decreto regulamentar que estabelece a composição, competência e funcionamento da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais;
- Uma resolução que nomeia o conselho de administração do ICEP – Portugal – Investimento, Comércio e Turismo, que passa a ser presidido por António Luís Neto, tendo como vice-presidentes Diogo Mendonça Rodrigues Tavares e Rui Manuel Martins Coelho Valente, e como vogais, Maria da Piedade Brito Monteiro Valente, João Manuel dos Reis Duarte Rodrigues, António Manuel Syder Santiago e Manuel Augusto Braga Lino;
- Uma resolução que exonera Luís Domingos Silva Morais, do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal, devido ao termo do mandato.



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA
DA UNIÃO EUROPEIA
**PORTUGAL
SOCIALISTA**

GP/PS

Projecto de resolução

REVISÃO CONSTITUCIONAL

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, na passada sexta-feira, dia 2, na Assembleia da República, o projecto de resolução que dá início ao processo de revisão extraordinária da Constituição.

O projecto foi aprovado na quinta-feira, durante uma reunião entre a Comissão Política Nacional e o GP/PS e consagra apenas as matérias que os socialistas pretendem que constem na agenda da revisão extraordinária da lei fundamental.

São elas a adequação da Constituição que permita a adesão de Portugal ao Tribunal Penal Internacional e a abertura para a criação do espaço europeu de segurança, justiça e liberdade.

Para além destes temas o PS já aceitou que a revisão extraordinária inclua a criação de sindicatos de polícia sem direito à greve, agendada pelo PSD e objecto de um acordo entre o primeiro-ministro, António Guterres, e o presidente laranja, Durão Barroso.

No entanto, a abertura dos socialistas à introdução de outros temas fica por aqui, contrariando a intenção do PSD em incluir na revisão a limitação de mandatos autárquicos e a reciprocidade de direitos entre portugueses e brasileiros.

«Não estamos a pensar abrir essa possibilidade. Pela sequência da reunião e de acordo com as posições tomadas, creio que essa possibilidade está afastada», referiu Vitalino Canas, no final da reunião.

Na sequência do projecto de resolução, que atribui poderes constituintes ao Parlamento, o PS criou um grupo de trabalho, constituído por deputados e membros do Governo, que vai elaborar o projecto de revisão constitucional.

Do grupo, coordenado pelo deputado Osvaldo de Castro, fazem parte Jorge Lácio, Oliveira Martins, António Costa, Vera Jardim, Vitalino Canas, José Magalhães, Alberto Costa, Francisco Assis e Barros Moura.

GP/PS

Motoristas de transportes públicos

SEGURO POR MORTE OBRIGATÓRIO

O PS apresentou na passada quinta-feira, dia 1, na Assembleia da República, um projecto de lei que torna obrigatório um seguro por morte ou incapacidade permanente dos motoristas de transportes públicos.

Esta medida, justificou o deputado socialista Barbosa de Oliveira, destina-se fundamentalmente aos motoristas de táxis e de carros de aluguer, contra quem os roubos e a violência física «continuam a constituir uma preocupação no País».

«A especial vulnerabilidade e especificidade deste grupo profissional justifica e impõe a adopção de medidas no sentido de aumentar o nível de segurança, por um lado,

e de protecção em caso de incapacidade absoluta permanente ou morte, por outro», defenderam os autores do projecto de lei.

A iniciativa pretende tornar obrigatória a celebração de um seguro adicional, pelos empregadores e em favor aos motoristas ao seu serviço ou herdeiros, de valor não inferior a 10 mil contos para os casos de morte ou de incapacidade absoluta e permanente.

Este seguro é obrigatório para os motoristas de táxis e de letra «A» e dos demais transportes públicos que exerçam a sua actividade em regime de contrato individual de trabalho, podendo os demais aderir à mesma modalidade.

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Militares no estrangeiro

MAIOR INTERVENÇÃO DOS PARLAMENTOS É UMA DAS CONDIÇÕES PARA A PAZ



«O acompanhamento parlamentar do envolvimento de forças militares portuguesas no estrangeiro é um traço distintivo do regime democrático

em relação a qualquer outro. Sem ele é a própria legitimidade interna e externa desse envolvimento que pode estar em causa», afirmou na Assembleia da República o camarada Medeiros Ferreira.

O deputado do PS, que falava durante o debate dos diplomas que pretendem regulamentar as competências de acompanhamento parlamentar do envolvimento de contingentes militares no estrangeiro, sublinhou que «a novidade das missões internacionais marcou muito positivamente as Forças Armadas Portuguesas (FAP) na década de 90 e transmitiu credibilidade à política externa da República».

Deste modo, acrescentou, «as FAP têm um papel muito mais relevante do que há dez anos e as suas missões internacionais constituem uma parte essencial da política

externa do Estado».

«Sem as missões militares internacionais a nossa política externa seria quase só diplomacia», sustentou.

No que respeita à proposta de lei do Governo, Medeiros Ferreira frisa que «o Governo dá uma especial ênfase ao âmbito da prestação das informações, ao momento da sua prestação que não deve prejudicar a adopção imediata de decisões militares, assim como ao papel da Comissão da Defesa Nacional».

Contributo especial

O deputado do PS realçou, na sua intervenção, que todos os diplomas em apreço (Governo, PSD e PP) «dão um contributo especial para regulamentar as competências da AR».

Com efeito, disse, «como já assinalava Kant, uma das condições para a paz é o aumento da intervenção dos parlamentos na política militar de cada Estado. Desde que sejam dotados de regimes democráticos e se saibam defender».

J. C. CASTELO BRANCO



O PS CONTA CONSIGO

Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



QUINZE LANÇAM PROGRAMA PARA COMBATER POBREZA E EXCLUSÃO

Os Programas Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI) constituem um desafio para «reduzir o nível de pobreza» que afecta hoje 65 milhões de cidadãos europeus, afirmou no dia 2 Odile Quintin. Para a directora-geral do Emprego e Assuntos Sociais da Comissão Europeia, que falava no seminário sobre o PNAI, é imprescindível que os 15 países da União definam políticas que permitam «combater os obstáculos à inclusão social e às novas formas de exclusão».

A mesma responsável lembrou que os países da União Europeia assumiram em Dezembro na cidade francesa de Nice quatro objectivos fundamentais de combate à exclusão tais como «facilitar a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, direitos, bens e serviços» e «prevenir os riscos de exclusão».

Além disso, os países da União Europeia acordaram ainda «actuar em favor dos mais vulneráveis» e «mobilizar todos os actores» da sociedade, por forma a que o combate se faça com a participação das comunidades e não apenas pelos governos.

Para cumprir esses objectivos, disse Odile Quintin, é necessário «tornar as políticas sociais e de emprego mais activas e complementares», «promover o acesso de todos aos cuidados de saúde, ao



alojamento, ao ensino e à justiça», «acentuar o peso das políticas preventivas» e «promover a inclusão dos mais vulneráveis».

A mesma responsável salientou a

necessidade dos Quinze «gerirem com êxito a transição para uma sociedade baseada no conhecimento» e «identificarem e combaterem» as novas formas de risco de exclusão.

Odile Quintin sustentou a aplicação dos PNAI como forma de responder positivamente aos problemas que a evolução das sociedades hoje comportam. É que, sublinhou, uma «sociedade baseada no conhecimento traz a prosperidade, cria empregos e reduz as distâncias também cria novas formas de exclusão para os que não possuem as competências necessárias».

Por outro lado, continuou, a globalização e as mutações tecnológicas são necessárias para a competitividade ao mesmo tempo que as «competências se desactualizam rapidamente e aumentam a marginalização».

E se os «sistemas de protecção social asseguram a coesão social» sofrem, no entanto, uma «pressão financeira crescente derivada do envelhecimento da população» ao mesmo tempo que o «crescimento económico é favorável e o desemprego diminui» mas a «polarização do crescimento deixa de lado grandes zonas desfavorecidas», sustentou.

Há, assim, que fazer uma «abordagem descentralizada, definir objectivos comuns num processo com vista a uma aprendizagem mútua».

Os PNAI, disse ainda Odile Quintin, devem também contar com a «participação activa de todos os parceiros sociais, dos meios empresariais e das ONG».

Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI), cuja elaboração em Portugal teve hoje início com o seminário, terão de estar concluídos até 31 de Maio e o início da sua aplicação está prevista para decorrer entre 1 de Julho de 2001 até 1 de Julho de 2003.

O ministro Ferro Rodrigues sustentou que em Portugal, o PNAI vai permitir «beneficiar todas as famílias» embora a «preocupação do Governo seja chegar sobretudo às famílias que têm mais problemas e essas foram quantificadas aquando do lançamento do Rendimento Mínimo Garantido e representam cerca de cinco por cento da população».

«O que é preciso que todo o país compreenda é que quando se faz um combate pela inclusão, esse combate não beneficia apenas aqueles que são directamente atingidos positivamente por essas medidas mas beneficia todo o país porque todos temos a ganhar com a construção de uma sociedade mais coesa», afirmou.

Além das verbas da Segurança Social, o combate pela inclusão poderá recorrer a verbas comunitárias como o programa operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

CAMPANHA CONTRA A DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE SEXOS EM 2002

A comissária europeia para o Emprego e Assuntos Sociais, Anna Diamantopoulou, participou na reunião deste mês da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidades para, em termos genéricos, apresentar o que tem sido o seu trabalho desde Setembro último, data em que esteve anteriormente numa das reuniões desta comissão parlamentar. No que respeita à protecção social, a comissária considerou positiva a recente abordagem do tema no Conselho informal de Norrköping, pela visão dos regimes de protecção social aplicados à dimensão do género. Trata-se de um assunto que foi em primeiro lugar abordado na Cimeira de Lisboa de 2000 e relativamente ao qual a Comissária informou encontrar-se a aguardar informações dos Estados-membros relativas às reformas dos

respectivos regimes de protecção social. A comissária está consciente de que existem, aos níveis nacionais, diferentes posições, mas sabe que há acordo pelo menos quanto à situação das mulheres no mercado de trabalho.

No que respeita a Nice, a comissária realçou, pela positiva, a aprovação da agenda social e o novo método de coordenação aberto para a luta contra a exclusão social e a pobreza, programa no qual se verifica uma grande dimensão das questões da igualdade.

Quanto ao problema do fosso entre os salários, a comissária entende que se trata de uma questão que pode demonstrar como a ideia do «mainstreaming» pode funcionar. Uma das conclusões do Conselho de Norrköping teve precisamente a ver com a necessidade de diminuir o número de mulheres mal pagas, que representam

actualmente cerca de 77 por cento dos trabalhadores menos bem pagos.

Neste âmbito, a comissária anunciou que em 2002 a Comissão Europeia irá organizar uma campanha para a luta contra a desigualdade de salários, pelo que esse ano será apelidado de algo como «ano europeu da igualdade salarial».

Alargamento da UE e a igualdade de oportunidades

O comissário europeu responsável pelo alargamento Günter Verheugen também participou na reunião da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidades deste mês para falar sobre a igualdade de oportunidades nos países candidatos à União Europeia.

Nesse sentido, o comissário informou que o ano 2000 registou progressos significa-

tivos em matéria de alargamento na maior parte daqueles países, na medida em que todos os candidatos atingiram a fase de ter uma Constituição democraticamente aprovada e, do ponto de vista económico, a maior parte dos países deram o salto para a economia de mercado. Consequentemente, o comissário prevê que as primeiras adesões ocorram entre 2003 e 2004.

No que respeita às negociações do capítulo onde se encontra a igualdade de oportunidades – que é o do emprego e assuntos sociais (capítulo XIII), o comissário Verheugen informou que elas já se encontram encerradas com a Eslovénia, a Estónia e o Chipre.

Continuam em aberto relativamente à República Checa, Polónia, Malta e Eslováquia. A negociação deste capítulo ainda não foi aberta com a Bulgária e com a Roménia.

CRESCIMENTO DE PORTUGAL BASEADO NAS EXPORTAÇÕES E NO INVESTIMENTO

O ministro das Finanças comentou a recomendação da Comissão Europeia sobre Portugal ao ECOFIN salientando que «não tem apenas pontos críticos, tem também pontos valorativos da política económica portuguesa».

De facto, disse, «o documento sublinha quatro pontos em que elogia a forma como a política económica tem sido desenvolvida em Portugal», acrescenta.

O primeiro desses pontos tem a ver com o facto de «o Orçamento de 2001 em comparação com os últimos anos ir produzir uma redução do peso da despesa corrente primária em relação ao produto», acrescentou.

«Há, pela primeira vez desde 1997, uma inversão de rumo no que respeita a uma consolidação orçamental do lado da despesa que a Comissão vinha criticando na política orçamental portuguesa e que reconhece que no ano de 2001 estamos a seguir por um outro caminho», referiu.

Outro aspecto que a Comissão sublinha é o de em 2000 e 2001 «estarmos não só a crescer forte (mais de três por cento) mas estarmos a crescer melhor, isto é, um crescimento mais baseado na expansão das exportações e do investimento e menos assente no crescimento do consumo público e privado».

O terceiro aspecto é o de a Comissão «recomendar (mas também reconhecer) que as autoridades de política económica portuguesa, nomeadamente o Governo, estão a desenvolver ou em vias de desenvolver, um conjunto de reformas estruturais que são muito importantes para uma melhor consolidação orçamental».



Entre as referidas reformas citou a reforma fiscal, a nova lei de enquadramento orçamental, a nova lei de bases da segurança social e as medidas que a Comissão para a Reforma da Despesa Pública vai propor com vista a uma consolidação mais rápida das finanças públicas.

Entretanto, na recomendação da Comissão Europeia «é evidente que há uma crítica de fundo que é aquilo que o documento classifica como pouca ambição no caminho para se atingir mais rapidamente um saldo equilibrado em Portugal», reconheceu o ministro das Finanças.

Trata-se de «uma crítica que nós levamos em conta, mas para a qual temos explicações», observou. Esta «pouca ambição (no entender da

Comissão) respeita a um défice que em 2000 foi de 1,4 por cento e em 2001 será de 1,1 por cento, em qualquer caso valores do défice orçamental como nunca houve na democracia portuguesa desde o 25 de Abril de 74», frisou.

Reformas estruturais

Entretanto, no que respeita ao equilíbrio orçamental, «se é certo que Portugal faz parte do grupo de quatro países que só o atingirá em 2004, também faz parte do grupo de quatro países que em 2004 terá um menor peso da dívida pública em relação ao produto».

Ora para avaliar a consolidação orçamental de qualquer dos países da zona euro há «um critério duplo, em que se avalia a

redução e a consolidação do défice orçamental, mas também a diminuição do peso da dívida pública em relação ao produto», explicou.

A recomendação da Comissão Europeia ao Conselho de Ministros da Economia e Finanças dos 15 «é exigente, como aliás a Comissão foi e será em relação a todos os países da zona euro», observou Pina Moura, que respondia a perguntas dos repórteres depois de assistir em Loures, ao lado do primeiro-ministro à apresentação dos números recorde de apreensão de droga em 2000.

«Chamo a atenção que dos sete ou oito programas de estabilidade e crescimento já apresentados por países como a Alemanha, França, Áustria e Itália, fazem também parte referências críticas», sublinhou ainda.

«Este aspecto, portanto, é normal e corresponde a um papel de grande exigência e profissionalismo que a Comissão Europeia tem que ter no exercício de coordenação unilateral das políticas orçamentais no conjunto da União Europeia», considerou.

O Governo está determinado em desenvolver reformas estruturais como as que já fez na área fiscal e está a realizar na lei de bases da segurança social, e como também pretende fazer «na Administração Pública e no Sistema Nacional de Saúde, por forma a alterar uma rigidez muito grande que a nossa despesa pública tem», explicou também.

Contudo, está atento aos «contributos, mesmo críticos, da Comissão e de outras entidades, quando são feitos com seriedade e com verdade, como é o caso da Comissão Europeia», afirmou ainda.

PROGRAMA DE ACÇÃO CONTRA AS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

A Comissão Europeia aprovou um programa de acção destinado a ajudar os países pobres a lutar contra as doenças transmissíveis como a sida e a tuberculose.

Este programa prevê um crescimento de somas concedidas às despesas de saúde, de luta contra a sida e de ajuda às populações mais atingidas.

Em 2000, estas somas representaram 800 milhões de euros, ou seja, 8 por cento do orçamento total da União Europeia (UE) para a cooperação e o desenvolvimento. O plano propõe a criação nos países em desenvolvimento «de políticas farmacêuticas mais adaptadas às suas

necessidades», favorecendo a produção local de medicamentos a um preço aceitável.

A UE pretende também incitar os grupos farmacêuticos a praticar um sistema «de preços diferenciados» permitindo aos países mais pobres adquirir medicamentos a baixo preço.

Este programa de acção da UE inclui a luta contra o paludismo, transmitido ao ser humano pelo mosquito.

As doenças transmissíveis provocam a morte de cerca de cinco milhões de pessoas por ano nos países em vias de desenvolvimento e constituem um travão ao seu progresso económico e social.

RACISTAS À SOLTA NA NET

A Internet alberga cerca de 4000 «sites» racistas, dos quais 2500 têm origem norte-americana, segundo uma jurista suíça.

Cerca de 50.000 cruces gamadas (suásticas) foram identificadas na rede pela sociedade alemã «Only Solutions», num total de mil milhões de sites inspeccionados, indicou hoje em Paris Beátrice Métraux, do Instituto suíço de Direito comparado.

A maioria dos símbolos fascistas, 85 por cento, encontra-se em «sites» de origem norte-americana, continuou a perita.

Na Europa, a Suécia, Finlândia e Áustria são também afectados pelo problema,

além da Alemanha, indicou a jurista suíça durante uma audição parlamentar sobre um projecto para uma convenção do Conselho da Europa de luta contra a cibercriminalidade.

Mais grave, segundo Métraux, são os sentimentos de impunidade e anonimato que incitam os simpatizantes destes movimentos a agruparem-se e a protagonizarem actos de violência, tais como a elaboração de listas negras de personalidades inimigas dos skinheads, ou a justificação de ataques físicos da extrema direita.

Estes «sites» são gratuitos e fáceis de encontrar na Internet, frisou ainda a perita.

PORTUGAL JÁ NÃO É MAIS UM PAÍS POBRE

Portugal «não é mais um país pobre», apesar de ser um país com «demasiados pobres».

Foi com estas palavras que o ministro Ferro Rodrigues descreveu a situação social do nosso país por ocasião do seminário sobre o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), realizado em Lisboa, no passado dia 2.

Ferro Rodrigues, que falava na abertura do evento que reuniu especialistas governamentais e de associações da sociedade civil, disse também que o maior desígnio e desafio que se coloca aos países europeus é a construção de uma «Europa de prosperidade para todos».

«Uma Europa em que todos participem e no seio da qual possam crescer como pessoas e como cidadãos, na plenitude destes termos», sublinhou.

Para Ferro Rodrigues, a elaboração de um PNAI – um desafio lançado aos 15 na cimeira de Lisboa em Março passado e reforçado em Nice em Dezembro de 2000 – constitui o reconhecimento de que os «problemas e desafios que actualmente se colocam aos diferentes países europeus em matéria de protecção social, são comuns a todos eles e apresentam, frequentemente, incidências supranacionais». Para Portugal, continuou o governante, o PNAI «constitui uma oportunidade única de prosseguir, de forma global e integrada», o esforço que tem sido desenvolvido para a inclusão e que tem «apresentado resultados positivos».

Apesar de reconhecer que Portugal



«percorreu um caminho que permitiu erradicar a pobreza como realidade endémica», Ferro Rodrigues admitiu que, «os fenómenos da pobreza e da exclusão estão ainda longe de ser marginais ou de não suscitar preocupação» aos responsáveis políticos.

É que, disse, a realidade social portuguesa continua a registar «bolsas de pobreza tradicional, associadas ao mundo rural», a «existência de baixos rendimentos de trabalhadores com reduzidos níveis de qualificação profissional», a «emergência de fenómenos de exclusão associados aos recentes movimentos migratórios e à concentração urbana e suburbana bem

como novos grupos de risco que crescem especialmente nesse meio».

Aliados às «insuficiências do modelo de protecção social, principalmente as decorrentes da sua juventude relativa», o ministro aponta também como causas da exclusão novos vectores que «trazem novas preocupações e exigem novas formas de vigilância e respostas adequadas».

Foi, sublinhou Ferro Rodrigues, tendo em conta a necessidade de novas respostas que Portugal «tem vindo a desenvolver uma nova geração de políticas sociais» – como o Rendimento Mínimo Garantido ou a diferenciação positiva de dar mais a quem

mais precisa e a rede social concelhia –, caminhos que apontam para o «reforço das dinâmicas de inclusão na sociedade».

Aproveitando as medidas adoptadas, o ministro pretende ter no PNAI uma base para a «consolidação dessas linhas estratégicas conferindo-lhes maior racionalidade, coerência e alcance».

Além da oportunidade de prosseguir e consolidar as políticas de cariz social que têm sido desenvolvidas, Ferro Rodrigues classifica o PNAI como um «desafio» que «obriga ao aprofundamento do diagnóstico da realidade social do País» e «implica uma maior coerência ao nível das políticas prosseguidas nos diferentes sectores governativos dado que o combate à pobreza é uma tarefa multifacetada».

«Importa dar sequência a uma abordagem sistemática e abrangente das políticas sociais, fazendo do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão um elemento fundamental noutras políticas relevantes, tais como a saúde, a habitação ou a educação», afirmou.

«Esta unidade estratégica irá, certamente, permitir a optimização dos resultados», frisou o ministro, salientando ter sido por isso que a comissão de acompanhamento do programa integra representantes dos ministérios directamente ligados à problemática do combate à exclusão.

Aliadas à estratégia do Governo devem estar ainda as instituições da sociedade civil que serão integrados de «forma regular aos trabalhos de concepção, preparação e acompanhamento do PNAI», concluiu.

PROJECTO INOVADOR DE COMBATE À DROGA

A presidente do Instituto Português da Droga e Toxicodpendência (IPDT), Elza Pais, anunciou, no Porto, que Matosinhos e Gaia terão o projecto «Contrato de Cidade» até ao final do ano.

Segundo Elza Pais, que falava na semana passada durante um almoço com a Comunicação Social, o objectivo de alargar o projecto aos concelhos vizinhos do Porto prende-se com a criação de uma rede metropolitana, por forma a «apanhar» todos os toxicodpendentes.

Desta forma, «estamos a diversificar as respostas a este problema, apanhando aqueles toxicodpendentes que se afastam para outras zonas, locais onde ainda não existem apoios», acrescentou.

O «Contrato de Cidade», projecto pioneiro criado em Novembro de 1996 no Porto, tem como objectivo constituir-se como um instrumento de parceria que visa dinamizar a cooperação na área da segurança urbana.

Do plano operacional do «Contrato de Cidade» fazem parte o Observatório Permanente Sobre Segurança, o Programa de Prevenção da Toxicodpendência, que passa pela existência de um Centro de Apoio e Motivação de Toxicodpendentes, uma Área de Dia para toxicodpendentes em tratamento, uma residência comunitária para ex-toxicodpendentes e equipas de rua de apoio às prostitutas de rua e vítimas de violência.

Elza Pais afirmou que tudo será feito para

que Matosinhos e Gaia tenham equipas de rua e centros de apoio a toxicodpendentes até ao final do ano.

Quanto aos centros de dia e residências para ex-toxicodpendentes, Elza Pais prevê a sua abertura apenas para inícios de 2002. A responsável disse ainda que, no Porto, nascerá um segundo centro de apoio a toxicodpendentes, este na zona oriental. O «Contrato de Cidade» tem constituído um instrumento inovador de resposta a problemas e fenómenos sociais intimamente relacionados com o sentimento de insegurança urbana, como a toxicodpendência e a prostituição de rua.

No âmbito da luta contra a droga e toxicodpendência, o IPDT assinou um

protocolo de cooperação com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Este protocolo tem por objectivo o desenvolvimento de actividades de cooperação, nas áreas de formação, elaboração de estudos, projectos de investigação e consultoria, com vista ao aprofundamento da realidade portuguesa em matéria de droga e de toxicodpendência.

Com este tipo de protocolos, disse, pode-se intensificar a ligação entre investigação e formação.

Considerou-os «ingredientes indispensáveis» para se poder passar a mensagem correcta a todos os toxicodpendentes que passarem pelos centros de apoio.

ABRIR CAMINHO AO PORTUGUÊS

O Governo socialista vai apostar num trabalho de integração do Português como língua estrangeira de opção em todos os sistemas educativos da União Europeia, sendo esta uma das metas prioritárias no contexto do Ano Europeu das Línguas 2001.

O ministro da Educação, que no dia 5 presidiu, na Fundação Calouste Gulbenkian, à abertura oficial da participação portuguesa no Ano Europeu das Línguas (AEL), traçou os planos de acção do Executivo socialista num contexto de multilinguismo. No ano em que o Conselho da Europa e a União Europeia (UE) decidiram promover uma iniciativa para sensibilizar as populações para a riqueza implícita no mosaico linguístico europeu, valorizando cada idioma como um bem patrimonial, Portugal assume o desafio apostando igualmente na defesa da língua materna. Segundo Augusto Santos Silva, no contexto da política de promoção do ensino do português no estrangeiro, estão traçados grandes objectivos. O primeiro prende-se com o desenvolvimento dos cursos de língua e cultura portuguesa que são assegurados por professores portugueses destacados para leccionar junto das comunidades emigrantes, e o segundo com difusão do Português como uma língua estrangeira de opção nos currículos dos países da Europa.

O Ministério da Educação defende que a língua de Camões tem de deixar de ser encarada pelos restantes países da Europa como uma língua de emigração, e passar a figurar em igualdade de circunstâncias nos respectivos sistemas educativos. Em Portugal, as línguas europeias como o Inglês, o Francês, o Alemão, o Italiano e o Espanhol tem uma presença no sistema educativo patrocinada pelo próprio Estado português.

Ao contrário, na maioria dos países da Europa a língua portuguesa continua a ser fomentada e patrocinada por Portugal, não figurando nos respectivos sistemas educativos em igualdade de circunstâncias com os restantes idiomas estrangeiros. «Em Portugal estas línguas são oferecidas nas escolas e são ensinadas por professores pagos pelo Estado português», disse Augusto Santos Silva, adiantando porém que estão já em curso negociações com a França, Alemanha, Espanha, Luxemburgo e Bélgica para o desenvolvimento de experiências bilingues onde o português figurará a par de outras línguas como um idioma estrangeiro de opção.

Mas a aposta do Governo vai também para o desenvolvimento das competências dos portugueses em matéria de uso e aprendizagem de línguas estrangeiras. O objectivo central delineado pela UE, segundo o titular da pasta da Educação, é



conseguir que todos os jovens que saem da escola saibam falar além da língua materna dois idiomas estrangeiros.

Augusto Santos Silva garante que Portugal já cumpre este objectivo pois a recente reorganização curricular do ensino básico introduziu a obrigatoriedade da segunda língua estrangeira no terceiro ciclo e facilita a iniciação precoce de um outro idioma além do materno no 1º ciclo do ensino básico. Esta medida, segundo acrescentou, coloca Portugal na linha do objectivo da União Europeia.

Celebração arrancou em Portugal

O Ano Europeu das Línguas 2001, uma iniciativa que pretende celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa, foi lançado oficialmente na passada segunda-feira.

O arranque em Portugal desta reuniu na Fundação Calouste Gulbenkian vários representantes do Governo e do espaço europeu, antecipando um conjunto de acções vocacionadas para a celebração do multilinguismo no velho continente.

Na cerimónia oficial de lançamento discursou o ministro da Educação, Augusto Santos Silva, seguindo-se dois painéis, intitulados «A Europa, um Mundo de Línguas» e «As Línguas Abrem Caminhos»: Os Caminhos do Português na Europa e os Caminhos das Línguas em Portugal».

São dois os objectivos centrais do Ano Europeu das Línguas, por um lado a sensibilização das populações para a riqueza implícita no mosaico linguístico europeu, por outro a promoção do conceito de «aprendizagem ao longo da vida».

«As Línguas Abrem Caminhos» é uma das frases-chave do AEL em Portugal. A expressão pretende dar conta do conceito de língua como um bem patrimonial, sede de cultura própria e instrumento privilegiado para uma plena cidadania.

O programa nacional do AEL inclui eventos inéditos, entendidos como «sementes» a prosperar num futuro próximo. Nele sobressaem uma Conferência Internacional sobre Línguas Gestuais, um Encontro de Contadores de Histórias, já este mês, e uma Semana da Aprendizagem de Línguas por Adultos, em Maio.

Setembro será um dos meses fortes, celebrando-se a 26 o Dia Europeu das Línguas. De 27 a 30 ocorrerá, no Centro Cultural da Casa Pia, uma Feira de Projectos destinada a divulgar trabalhos de investigação em curso, e de 29 a 30 o Centro Cultural de Belém (CCB) acolherá uma «Festa das Línguas» animada por circo, dança e poesia.

Seminários, exposições, edições, actividades na Internet, reflexões sobre o ensino do português e de outros idiomas completam a oferta do AEL, que também inclui um dia do Crioulo, outro da Latinidade e uma semana alemã, em Maio, bem como cursos intensivos de Língua Mirandesa, em

Julho e Agosto.

O encerramento nacional será em Dezembro, no CCB, com a apresentação de seis espectáculos multilingues sob o título «Lili-Melodia».

Conhecimentos linguísticos registados em passaporte

Entretanto, foi avançada a informação segundo a qual um novo documento pessoal e intransmissível de características inéditas será posto a circular este ano na Europa, destinado ao registo dos conhecimentos linguísticos e das experiências culturais dos cidadãos.

Trata-se do Portfólio Europeu das Línguas, e o seu lançamento surge enquadrado na celebração do AEL 2001.

A apresentação deste documento na versão portuguesa decorrerá em Junho próximo em Coimbra.

Para o ministro da Educação, o facto de Portugal ser actualmente um país não só de emigrantes, mas também de imigração levou o Executivo a atribuir, no âmbito dessa reforma, uma «nova importância» a actividades curriculares que permitam aos alunos não portugueses a aprendizagem do Português como língua Segunda.

A ideia de que um falante plurilingue não tem que ser um poliglota foi frisada. Na verdade, o conhecimento de um idioma passa por vários níveis de competência, desde a capacidade comunicativa (escrita ou/e oral) à fluência e domínio das regras da gramática.

«Todos esses níveis são igualmente válidos, já que viabilizam a abertura a novas culturas, estimulando qualidades humanas como a tolerância e a compreensão. O cidadão plurilingue assume assim a condição de «falante intercultural», disse Augusto Santos Silva.

O Portfólio Europeu das Línguas, projecto do Conselho da Europa, enquadra-se nesta nova atitude, destinando-se aos discentes europeus «de todas as idades e de todos os meios».

Trata-se de um documento pessoal que integra um passaporte, uma «biografia linguística e cultural» e um *dossier* contendo trabalhos pessoais.

No passaporte serão consignadas de uma forma reconhecível no plano internacional as qualificações e competências linguísticas (formais e informais) do seu titular.

No registo biográfico podem ser descritos os conhecimentos linguísticos e as experiências de aprendizagem efectuadas pelo aluno num «leque de línguas tão vasto quanto possível».

Criado para incentivar a aprendizagem das línguas, formal ou informalmente, o portfólio contribuirá também para a mobilidade na Europa porque, «ao elaborar um registo claro dos conhecimentos linguísticos, poderá apoiar um pedido de emprego, a inscrição num estabelecimento de ensino», entre outras situações. **MARY RODRIGUES**



Albufeira

Olhos d'Água com estrada alargada

Sempre atenta às necessidades dos munícipes, a Câmara Municipal de Albufeira deliberou abrir concurso público para rectificação, alargamento e dotação de infra-estruturas da chamada «Estrada do Toy para o cruzamento das Açoteias», na Freguesia de Olhos d'Água.

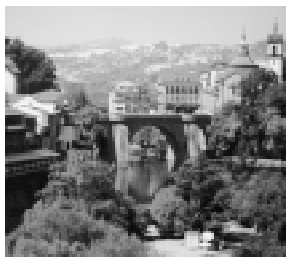


Segundo os mapas de trabalho, o orçamento das obras rondará os 171 mil contos. Trata-se de uma obra que irá introduzir melhorias significativas naquela via, nomeadamente ao nível da segurança, uma vez que a mesma regista já uma intensa circulação de viaturas.

Amarante

Geminação com Achères

Amarante acolheu, de 19 a 23 de Fevereiro, uma delegação da cidade francesa de Achères, composta por 40 jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, e membros do Club Sportif de Achères.



A visita decorreu no âmbito dos intercâmbios desportivos previstos no protocolo de geminação celebrado entre Amarante e Achères.

Lisboa

João Soares desiste do elevador

O presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, anunciou no dia 2 a desistência do projecto do elevador de São Jorge que ligaria

a Baixa ao Castelo a partir do Poço do Borratém.

Numa conferência de Imprensa em que se encontrava acompanhado do vereador comunista António Abreu, o autarca socialista justificou esta renúncia com o facto de o projecto ser «manifestamente do desagrado da opinião pública da cidade».

Esta posição torna desnecessária a realização do referendo pedido pelo CDS/PP, que recolheu as assinaturas necessárias à sua realização.

Apesar da desistência, João Soares reafirmou que continua a acreditar na qualidade do projecto da autoria do arquitecto Adalberto Dias.

Sobre o prédio número 39 do Poço do Borratém onde assentaria a base do elevador, o autarca lembrou que se trata de um imóvel com problemas estruturais mas adiantou que vai ser «reabilitado para habitação de gente nova».



Quanto aos inquilinos entretanto despejados, reafirmou que estes eram apenas «antigos arrendatários comerciais cujo despejo estava previsto há vários anos».

Monchique

Encontro de carros antigos

O II Encontro de Automóveis Antigos voltou a realizar-se no passado domingo em Monchique, por altura da tradicional Feira dos Enchidos da Serra de Monchique.

Cerca de 35 viaturas construídas entre 1924 (em plena I República) e 1973 (Estado Novo marcelista) e de marcas como Rolls-Royce, Bentley, Porsche ou Jaguar desfilarão pelas ruas da localidade.

O objectivo do certame, organizado pela Câmara Municipal de Monchique, foi atrair à região colecionadores e amantes do automóvel.

Ovar

Candidatura ao Programa Ciência Viva

O Executivo da Câmara Municipal de Ovar aprovou a candidatura apresentada ao Programa Ciência Viva do Ministério da Ciência e Tecnologia, cujo objectivo é a criação de espaços interactivos de experimentação e divulgação científica nos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Ovar, sensibilizando a comunidade

educativa de modo a permitir o seu envolvimento com as temáticas da ciência e da tecnologia.



Sesimbra

Mais estacionamento

A criação de mais de 500 lugares de estacionamento em dois pontos distintos da vila de Sesimbra é um objectivo a concretizar pela autarquia local nos próximos anos.



Um dos novos estacionamentos vai situar-se na Av. dos Náufragos e tem capacidade para 472 lugares; o outro será construído na Rua Feliciano Castilho, junto ao cemitério, oferecendo cerca de 60 lugares.

Remoção de viaturas

Entretanto, está a decorrer uma campanha de recolha de veículos com sinais evidentes de abandono.

Os veículos recolhidos serão enviados para o Depósito Municipal, sendo da responsabilidade dos proprietários as despesas com a sua remoção.

Sintra

Segurança reforçada junto a escolas e equipamentos

No passado dia 5 de Março, na Escola Secundária Ferreira Dias (Cacém), foi apresentado o «Programa de Voluntariado para a Segurança», da Câmara Municipal de Sintra, que visa acautelar as condições de circulação de veículos e pessoas no perímetro exterior das escolas e de outros equipamentos.

Esta iniciativa, que se insere também no âmbito do Ano Internacional do Voluntariado,

será desenvolvida em articulação com o projecto «Escola Segura», complementando-o e pretende ter um efeito dissuasor e promotor de mais segurança, nomeadamente junto dos grupos sociais mais vulneráveis.

Encontro sobre a situação da mulher no concelho

No âmbito do Dia Internacional da Mulher, o município de Sintra realiza hoje, entre as 9 e as 13 horas, um encontro sobre «A situação da mulher no concelho de Sintra», que decorrerá no auditório da Casa da Juventude.



Este encontro tem como objectivos centrais proporcionar um espaço de diálogo sobre os problemas e vivências comuns entre os diversos intervenientes, dar a conhecer o trabalho realizado neste âmbito a nível concelhio, partilhar experiências e avaliar resultados obtidos e promover a mudança de atitudes e processos visando a melhoria da qualidade de vida das mulheres e homens.

Vila Real de S. António

Criado Pólo da Escola de Hotelaria e Turismo

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António, o Instituto Nacional de Formação Turística e a Universidade do Algarve assinaram no dia 2 de Março, no Centro Cultural António Aleixo, um protocolo com vista à criação do Pólo da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.



Com a instalação desta nova unidade, a autarquia contribui para o aumento da qualificação dos profissionais afectos à actividade turística, factor imprescindível para o desenvolvimento do sector no concelho e na região.

CANAS E ZORRINHO QUEREM SEDES ABERTAS AOS NÃO MILITANTES

Os dirigentes socialistas Vitalino Canas e Carlos Zorrinho apoiam incondicionalmente a moção de António Guterres ao Congresso do partido, apesar de terem apresentado um documento global para abrir as sedes do partido aos não militantes.

Vitalino Canas e Carlos Zorrinho apresentaram no dia 2, na sede nacional do PS, a moção sectorial, intitulada «Um Partido para o Século XXI», e adiaram que o documento reflecte posições que constam também da moção de Guterres.

O documento propõe uma série de medidas concretas de abertura do PS às pessoas (militantes ou não) que se identifiquem com os seus valores, com o objectivo de combater a abstenção e o alheamento da juventude em relação à vida política.

«Se calhar, se algumas das ideias que Carlos Zorrinho e outros apresentaram há alguns anos atrás tivessem sido utilizadas mais cedo, poderíamos ter evitado alguns problemas que hoje começamos a sentir», acentuou Vitalino Canas na conferência de Imprensa. Para Zorrinho, o documento que apresentou em 1996 «foi uma semente lançada à terra que agora finalmente tem condições para nascer».

Uma das medidas propostas é a de transformar as sedes do partido em Centros de Recursos para a comunidade, proporcionando a prestação de serviços diversos à população (e não apenas aos militantes) e organizando acções cívicas de cariz social.

Secções a prestar serviços à população

Outra proposta contida na moção sectorial ao Congresso do PS, partido de projecto e de militantes, é a criação de Clubes de Política, a funcionar no âmbito do Partido com a participação de pessoas que poderão ser militantes ou não, com um processo de colaboração e de vinculação flexível, de forma a contemplar as posições diferenciadas de cada um.

O PS deve promover o funcionamento de uma escola de formação de quadros políticos «capaz de formar com flexibilidade» e «que fomenta o debate e a reflexão» das ideias e dos projectos e prepare «quadros e apoiantes para uma participação política com qualidade», diz ainda a moção.

Um dos objectivos da primeira moção sectorial ao Congresso que começa no final de Março é promover o reforço das possibilidades de participação política dos jovens entre os 16 e os 19 anos que em 94 e 95 participaram na campanha da Nova Maioria e que hoje estão já com 20 e tal anos, explicou Zorrinho.

Em 1995/96, quando o PS tinha obtido a maior vitória de sempre em eleições, algumas ideias que Carlos Zorrinho apresentou então «eram ideias que jogavam, não direi a contra ciclo, mas que não colavam bem com uma realidade de grande entusiasmo e optimismo, quer no País quer dentro do PS», recordou Vitalino Canas.

Desde então, contudo, verificou-se uma grande abstenção nos referendos, nas eleições europeias e presidenciais «e tivemos vários sinais que nos indicam que hoje em dia a credibilidade dos políticos e do sistema político já não é tão alta como era há seis anos», prosseguiu.

«A pressão sobre os partidos políticos é hoje maior que há cinco ou seis anos» e, se eles «há alguns anos atrás tivessem dado alguns passos no sentido da modernização que o PS penso que está em vias de dar, possivelmente não tínhamos alguns dos fenómenos que temos a nível do decréscimo da participação política», acrescentou.

Para Carlos Zorrinho, a ideia chave do documento elaborado por uma comissão e conhecido pelo seu nome era transportar a reflexão que foi feita nos Estados Gerais para dentro do próprio PS.

«Nós hoje estamos a fazer este debate dentro do PS, o que é portanto um ganho fundamental», salientou ainda.

Manifestando-se ambos apoiantes incondicionais da moção de Guterres, Vitalino Canas e Carlos Zorrinho disseram que já estão planeadas diversas conversas com militantes em Lisboa, Santarém e Évora sobre a problemática abordada na sua moção, que tem já o apoio do presidente da Concelhia de Lisboa.

O camarada João André Amaral é o novo presidente da Comissão Política Concelhia da Juventude Socialista de Coimbra, tendo conquistado 60 por cento dos votos.

Ao sufrágio, que decorreu no dia 24 de Fevereiro, concorreram duas listas: «Coimbra de primeira», o projecto liderado pelo candidato vencedor, e «De novo JS», encabeçada pelo camarada Paulo Valério.

João André Amaral, que sucede a Fernando Lopes, somou 235 votos, tendo eleito 19 comissários para a estrutura concelhia da JS.

Por seu turno, na lista de Paulo Valério votaram 152 jovens, o que lhe permitiu eleger 12 membros para a Comissão Política Concelhia da JS de Coimbra.

POSIÇÃO DA JS SOBRE O TPI

No sentido de, em definitivo, esclarecer a posição política da JS no diz respeito à ratificação do Estatuto do TPI e conseqüente revisão constitucional, em virtude de algumas manchetes de jornal não terem reflectido correctamente a posição desta organização, a JS esclarece os seguintes pontos:

1. A JS considera o TPI um avanço civilizacional sem precedentes e apoia a sua criação embora não incondicionalmente.

2. A JS em reunião do Secretariado Nacional (SN) no passado dia 11 de Fevereiro em Viseu, para a qual foram convidados todos os deputados da JS, discutiu profundamente o Estatuto de Roma, as suas normas interpretativas e as cláusulas de reserva e salvaguarda de outros Estados signatários (nomeadamente a Francesa e Espanhola – convidamos todos a visitar o site oficial do TPI), bem como o excelente relatório do deputado Alberto Costa sobre esta questão.

3. Reconhecendo a JS o carácter subsidiário e por vezes complementar do TIP, no sentido em que nunca esteve em causa a reintrodução da prisão perpétua no nosso ordenamento jurídico, não podemos escamotear que uma das questões em discussão é a da admissibilidade desse tipo de pena. Prova da importância da questão «prisão perpétua» está no facto de se aventar a necessidade de rever a Constituição da República Portuguesa.

4. A referida reunião do SN decidiu, por unanimidade, recomendar ao Grupo Parlamentar a discussão do problema em sede parlamentar, recusando o facto consumado. A JS fê-lo, por considerar inaceitável que se fizesse uma Revisão Constitucional em círculo restrito de deputados, e líderes partidários, sem discussão pública. Pela primeira vez desde o 25 de Abril, estaríamos na eminência de aprovar uma Lei de Revisão Constitucional sem ser discutida nos órgãos do Partido.

5. Para além dessa recomendação, a JS propôs ao secretário-geral do Partido socialista, António Guterres, e ao membro da Comissão Política Permanente Vitalino Canas, a inclusão no acto de rectificação de uma cláusula de reserva/norma, interpretativa cuja ideia central seria a de que todos os acusados entregues (e não, extraditados) ao TIP por Portugal, teriam de cumprir pena em território nacional a qual não poderia ultrapassar os limites da nossa moldura penal, não sendo portanto necessário a revisão da Constituição no que diz respeito à Prisão Perpétua. A nossa proposta foi aceite e está a ser ultimado o texto final.

6. A nossa posição teve também em conta o facto de a ONU ser uma organização caduca, desequilibrada nos seus poderes, sendo inaceitável que uma organização cuja reforma é internacionalmente defendida, possa potenciar uma tão importante Revisão Constitucional num país soberano.

7. No dia 15 de Fevereiro pelas 15h, o SN reuniu com os deputados de JS (reunião previamente marcada). Lamentámos o facto de algumas manchetes terem ofuscado a nossa posição que expusemos nos pontos anteriores. Os deputados da JS, nas condições apresentadas aceitaram a posição do SN reconhecendo-lhe o carácter de recomendação. Os deputados da JS apoiam incondicionalmente a inclusão da cláusula de reserva/norma interpretativa no acto da ratificação essa já aceite (estiveram presentes os deputados Jamila Madeira, Ricardo Castanheira, Afonso Candal, Filipe Vital, Carla Tavares, Luís Miguel Teixeira, João Sequeira, Bruno Almeida, Sónia Furtuzinho, António Galamba).

Conclusões:

1. A JS orgulha-se de responsável e conseqüentemente ter discutido o problema. Alertámos, agitámos e propusemos uma solução *cuja racionalidade*, pelo que nos é dado a conhecer por algumas notícias não desmentidas, *não esteve ao alcance de todos*.

2. A JS assumiu uma posição geracional que demonstrando grande maturidade política, ao contrário de outros, salvaguardou o interesse nacional.

3. A JS agradece a postura construtiva do secretário-geral do PS e o seu contributo para uma resolução inteligente e decidida desta questão.

JS RECOLHEU LIVROS PARA TIMOR

A Juventude Socialista fez no dia 1 de Março um balanço da sua campanha nacional de recolha de livros para Timor Lorosae, iniciativa que se saldou num enorme sucesso, uma vez que teve contributos da maioria das estruturas da JS.

Uma sala de aula, equipamento escolar e cerca de 50 mil livros são o contributo da JS.

«O socialismo e a solidariedade estão estreitamente interligados. Foi assim que surgiu este compromisso, em forma de contributo, de todos os militantes da JS e de todos os portugueses, com empenhamento de todos, pois o povo de Timor bem o merece», refere a JS numa nota de Imprensa assinada pelo secretário nacional Rafael Lucas Pereira.

PERSPECTIVA

Paulo Pisco



A RESISTÊNCIA À MUDANÇA

É frequente dizer-se que a sociedade portuguesa é conservadora. De acordo com todas as definições, o conservadorismo caracteriza-se por uma resistência à mudança. Mudar, muitas vezes significa perda de privilégios e de poder. Nos últimos tempos essa resistência tem sido mais visível, sobretudo porque tem havido uma grande pressão para corrigir situações de disfuncionamento e distorção em sectores como a economia, a justiça, a educação, o ambiente ou a saúde.

Só as sociedades abertas têm condições para mudar e proporcionar aos seus cidadãos boas condições de vida. Isto pressupõe um nível de educação elevado e uma formação que saiba combinar o rigor técnico com uma dimensão humanista, virada para a compreensão do outro e do mundo, mas também a criação de condições de bem estar e de igualdade de oportunidades, no sentido em que foi defendido por John Rawls na sua teoria da justiça como equidade. Uma sociedade aberta e justa só pode ser considerada como tal se os grupos de interesse que nela existem tiverem aqueles pressupostos como princípios de orientação e não se cristalizarem no tempo e nas construções profissionais do passado, imutáveis e indiferentes às mudanças de comportamento das sociedades e às suas novas exigências. É que a resistência à mudança pode favorecer materialmente pequenos grupos, mas prejudica o desenvolvimento saudável da sociedade no

seu todo. Em termos culturais e económico-sociais, o conservadorismo português mantém ainda alguns traços herdados do Estado Novo. Não se move por razões de natureza ideológica, mas cola-se à ideologia se vir que isso é favorável. Não se move também por razões de altruísmo social. Pior que tudo isso, não apresenta grandes preocupações de delinear uma estratégia própria que vá no sentido da justiça e daquilo que o país necessita de um ponto de vista do desenvolvimento estratégico global. É, por isso, um conservadorismo egoísta, incapaz de ver para além dos seus interesses corporativos imediatos. E esta resistência cria dificuldades em todos os sectores da sociedade, a começar pelas pessoas, que assim não têm uma vida tão satisfatória nem tão fácil quanto poderiam e desejariam.

O corporativismo em Portugal, sobretudo a partir do momento em que se tornou um dos pilares ideológicos do Estado Novo, sempre se caracterizou por ser um poder egoísta das elites em defesa dos seus interesses próprios, da sua actividade e dos seus rendimentos, sem grande preocupação de promoção dos equilíbrios da sociedade ou de justiça social. Na sua forma mais elementar, a dos grémios, como se afirma na História de Portugal orientada pelo professor José Mattoso, «impôs-se como um gigante burocrático tendente à perpetuação administrativa de situações de monopólio, à protecção irracional de interesses inviáveis em condições de livre

concorrência». Assim, a «organização corporativa portuguesa acabou por se tornar um dos principais factores político-institucionais de resistência à modernização económica do país».

O país e os portugueses mudaram muito desde o 25 de Abril. Mas as mentalidades são difíceis de mudar. Continua a haver vestígios deste tipo de resistência à mudança em vários sectores da actividade económico-social. Um exemplo ilustrativo deste conservadorismo egoísta ficou bem patente com a aprovação da reforma fiscal, que suscitou reacções adversas e de incomodidade por parte do empresariado, que ficou mais preocupado com a tributação da sua riqueza pessoal do que com a redução dos impostos que incidem sobre a actividade produtiva. E como ideologicamente acontece, os partidos da direita, o PSD e o PP tiveram a mesmíssima posição dos empresários. Apesar dos progressos assinaláveis, que também não podem deixar de ser referidos, parece que muitos dos nossos empresários ainda não perceberam que se distribuírem melhor uma pequena parte da sua riqueza estão a dar um forte contributo não só para a satisfação dos que para eles trabalham, mas também para melhorar a qualidade da produção. Noutro campo, o da Saúde, a grave carência de recursos humanos é o alibi para se resistir a todas as mudanças. A situação poderá ser conveniente para muitos profissionais da saúde, que assim podem trabalhar em dois

ou três sítios diferentes ou desdobrar-se entre o público e o privado. Mas se esta situação tem ganhos para alguns, tem elevados custos materiais para o Estado, e humanos para os utentes, que acabam por ser prejudicados no acesso à saúde.

Seja como for, é o Governo do PS que agora está a pagar pela total inação dos Governos do PSD, que há dez ou quinze anos deveriam ter iniciado a formação dos profissionais de saúde, para que hoje não se sentissem faltas de pessoal nos hospitais e centros de saúde. Mas nem mesmo perante esta situação dramática que penaliza milhares de doentes, os profissionais do sector deixam de se manifestar contra os seus colegas espanhóis, um contrassenso só explicável à luz das resistências atrás referidas.

Seria infinitamente mais útil que os representantes das actividades económicas e sociais, daquelas e doutras áreas, procurassem uma estratégia concertada que tivesse como objectivo o bem estar geral e uma redistribuição mais justa da riqueza, em que os princípios orientadores fossem a solidariedade e a promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades nos vários sectores da sociedade. Além disso, evitar-se-ia assim tanto desperdício de energias em lutas e exigências desproporcionadas da realidade, com tudo o que isso implica de tensão e crispção perfeitamente evitável para a sociedade portuguesa.

In «Diário de Notícias»

NOVAS TECNOLOGIAS

Aníbal Reis Costa

SOCIEDADE BASEADA NO CONHECIMENTO RECUPERAR O ATRASO DE SÉCULOS

É do conhecimento de todos, e muito boa gente não se cansa de o referir, o atraso estrutural que Portugal tem em relação a muitos países da União Europeia. Se é verdade que depois da nossa integração neste bloco económico-político se assistiu a um enorme avanço no bem-estar social e económico da grande maioria dos nossos compatriotas, não será despropositado referir que em termos de formação/manuseamento do conhecimento científico estávamos e continuamos a estar bastante atrás da grande parte dos nossos parceiros europeus.

O séc. XX foi extremamente negativo para Portugal, através de circunstâncias político-sociais, presentes em todos os nossos espíritos, o país atrasou-se e inexoravelmente perdeu o comboio do desenvolvimento científico e tecnológico.

O presente século não pode, e estou a crer que não será, ser igual ao anterior. O mundo mudou consideravelmente, e continua a mudar a uma «velocidade progressivamente acelerada» (como já alguém referiu). O conhecimento passou a ser o «activo económico» mais importante. As trocas de informação passaram a ser feitas num espaço de tempo muitas vezes inferior ao que se estava habituado.

Esta «Nova Economia», baseada na (patente) expansão material das novas tecnologias (Internet, Comunicações Móveis, etc.) e liberalização de mercados que são susceptíveis de mudar a própria estrutura da sociedade - do conhecimento ou da informação - pela própria relação que estabelecem com os agentes económicos (que em tempo de globalização somos todos...) afirmou-se e, estou certo, continuará a afirmar-se como um fenómeno de «não-retorno», criando um espaço próprio de valorização de factores até então pouco relevantes (ideias, informação, saber e relações, etc) em detrimento dos tradicionais e mais tangíveis factores económicos das «economias industriais» ou por outras palavras das «Velha Economia».

As competências humanas são o factor mais preponderante na Nova Economia, mas para isso necessita-se de «apetrechar mentalmente» os indivíduos, isto é deverá existir «investimento das sociedades na educação» por forma a todos se encontrarem aptos para responder a exigências mais amplas e voláteis.

Por estas razões, a Sociedade Baseada no Conhecimento é cada vez mais uma exigência que agentes públicos e privados têm que assumir como prioritária. E será injusto e mesmo incompreensível não

destacar que o Governo português já definiu metas e tem estado de, uma forma coerente e gradual a implementar medidas extraordinariamente importantes neste domínio, senão vejamos: a definição clara e objectiva da taxa de penetração da Internet atingir daqui a dois anos os 50 por cento dos lares portugueses (vamos já acima dos 20 por cento); a fundamental e necessária actuação ao nível dos mais novos, designadamente nas escolas do 1.º ciclo, onde se prevê estender a todas, até final deste ano o acesso à Rede (já todas as escolas secundárias possuem Internet, o que nos coloca em terceiro lugar nos países da União Europeia, sendo suplantados pelas «tecnológicas» Irlanda e Finlândia); a instalação de postos públicos de acesso à Internet, em todas as freguesias, num prazo de dois anos, como forma de «arrastar» a rede para um espaço geográfico mais amplo; multiplicar por cem o volume do comércio electrónico das empresas portuguesas nos próximos dois anos, incentivando o sector privado; permitindo-se que todos os formulários oficiais estarão na Internet em 2002, e que todos os serviços públicos estarão ligados à Rede em 2005, multiplicando pelo menos por dez os conteúdos portugueses na Internet até 2003 (por curiosidade refira-se que actualmente a língua portuguesa é a quinta mais presente na Internet)

são exemplos do que se está e irá fazer.

Quando o próprio primeiro-ministro se empenha seriamente em todo este processo, no mínimo deveremos estar atentos e reconhecer a sua importância.

Lamenta-se é que nem todos encarem a vida social e política com esta visão e capacidade de preparar o futuro como tem acontecido ultimamente e se percam em discussões fúteis de micro-política que são muito faladas nos media, mas que pouco contribuirão para a nossa felicidade enquanto povo...!

Quando se troça, de uma forma perfeitamente ridícula, deste enorme esforço que o país está a fazer (como, infelizmente, tantas vezes se vê nos partidos das oposições) não só se põe em causa o futuro de todos nós, e dos nossos filhos, mas está-se sim a dar uma pobre imagem das próprias capacidades governativas e de condução do país, que muitos aspiram, um dia nas suas vidas, vir a ter.

Como dizia Adenauer «vivemos todos sob o mesmo céu, mas nem todos temos os mesmos horizontes», decididamente que desprezando o Conhecimento, alguns demonstram uma tacanhez de espírito e revelam que os horizontes para alguns são muito mais reduzidos e limitados...é pena!

Ferreira do Alentejo
anibalreiscosta@mail.telepac.pt



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Artes em Albufeira

No próximo dia 10, a Galeria Municipal abre as portas a uma mostra de pintura e cerâmica de Luis Athouguia e José Eliseu. As obras destes dois artistas permanecerão patentes ao público até ao dia 31, no horário entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Fotos em Cascais

Os Delfins apresentam-se, amanhã e sábado, no palco do Teatro Gil Vicente, a partir das 21 e 30, para o que promete ser um momento musical para recordar. Uma exposição colectiva de fotografia intitulada «O Corpo» encontra-se patente ao público, até ao dia 14 (quarta-feira), de segunda a sexta-feira, das 9 às 19 horas, e aos domingos e feriados, entre as 10 e as 18 horas.

Pintura em Fafe

As pinturas do artista António Pessoa poderão ser apreciadas, a partir de amanhã e até ao dia 24, na galeria da Casa Municipal da Cultura. A abertura da exposição decorre amanhã, sexta-feira, pelas 21 e 30, com a presença do pintor.

Comédia em Faro

A edilidade farense e o Instituto Português das Artes do Espectáculo apresentam, amanhã, às 21 e 30, no auditório do IPJ, a peça «Delírios e outras flores». Este evento, que conta com a participação do conhecido actor Paulo Matos, é um espectáculo de «stand up comedy» composto por um conjunto de textos hilariantes recheados de ironias e jogos de palavras.

Música em Guimarães

Amanhã, sexta-feira, dia 9, às 21 e 30, não perca a representação de «Delírios dell'Arte», um espectáculo, a cargo do Teatro Meridional, em cena no palco do auditório da Universidade do Minho. No sábado, dia 10, Rodrigo Leão apresenta publicamente, a partir das 21 e 30, no Paço dos Duques de Bragança, o seu novo disco «Alma Mater», um reflexo de reencontros felizes.

Espectáculo em Lisboa

O Dave Douglas Tiny Bell Trio actua, na segunda-feira, dia 12, no Centro Cultural de Belém.

Filme na Lousã

Amanhã, às 21 e 30, estreia no Cine-Clube o mais recente filme de Robert Zemeckis,

«O Náufrago», com Tom Hanks no papel principal. «Um século de factos na Lousã» é a exposição documental que poderá visitar, até ao fim deste mês, no átrio da Biblioteca Municipal.

Floricultura no Montijo

Hoje, às 11 e as 21 horas, na sala polivalente da Biblioteca Municipal e no auditório da Galeria Municipal, respectivamente, realizam-se duas sessões subordinadas ao tema «Episódios da Vida Romântica de Eça de Queirós». Na ocasião poder-se-á assistir à leitura e representação teatral desses «episódios». A partir de amanhã e até domingo, dia 11, realiza-se a I Mostra Internacional de Flores e Plantas, no Parque de Exposições. Com uma área total de seis mil metros quadrados, o certame conta com a participação de 63 expositores, 15 de origem espanhola e holandesa, 48 nacionais, sendo 11 do concelho do Montijo.

Integrado na exposição, decorrerá, sábado, dia 10, no auditório da Galeria Municipal, pelas 10 horas, um seminário subordinado ao tema da floricultura. A I Mostra Internacional de Flores e Plantas vai permanecer aberta ao público diariamente, das 20 às 21 horas, bem como aos sábados e domingos, entre as 14 e 30 e as 21 horas.

Teatro em Paredes de Coura

«Coisas de Mulheres» é o título da peça a que poderá assistir amanhã, às 21 e 30, no Centro Cultural. O espectáculo terá entrada livre para as mulheres que levantarem os bilhetes até às 18 horas de hoje, Dia Internacional da Mulher. Também amanhã, pelas 17 horas, a Águas do Minho e Lima AS e a Câmara Municipal assinalam a criação de um dos maiores projectos de requalificação ambiental do Norte de Portugal com a inauguração da exposição itinerante «Melhor água, melhor vida», patente no Auditório Municipal. «Combates, debates e delírios» é a designação genérica de uma mostra de pinturas que poderá visitar, a partir de

sábado, dia 10, às 17 horas, e até 1 de Abril, no Centro Cultural.

Pára-quedaismo em Portimão

Hoje, pelas 21 e 30, assista, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, à conferência «a Mulher na Sociedade», a cargo de Margarida Tengarrinha. A partir de hoje e até ao dia 25 de Abril, Francis Tondeur expõe «Dez anos de colagens, um ano de raspagens», uma mostra de pinturas a ver na sala de exposições temporárias do Museu Municipal. Cerca de uma centena de pára-quadistas participam sábado e domingo (dias 10 e 11), na Praia da Rocha, no I Festival de Pára-Quedismo de Portimão, evento promovido pelos clubes da especialidade «Skydive Salamanca» e «Skydive Dresden». De acordo com os promotores, a área de salto e de aterragem estará localizada junto à Marina, local onde os pára-quadistas em competição fazem a aterragem e o salto mais preciso.

Ondas em Sesimbra

O Circuito Intersócios Surf Clube de Sesimbra 2001 disputa a sua primeira etapa este fim-de-semana (dias 10 e 11). João Miguel Martins expõe as suas pinturas, até ao fim deste mês, no restaurante Bar-Padaria.

Concerto em Sintra

Na Casa da Juventude, às 15 horas de sábado, dia 10, exhibe-se o filme que celebrou a cineasta Jane Campion – «O Piano». No mesmo local, três horas mais tarde, haverá um concerto de piano e violino a cargo dos instrumentistas José Pedro Lavrador e Tiago Simão. Até ao dia 21, estará patente ao público a exposição «Cidades e Vidas», de Norberto Nunes, na galeria do Museu Regional. A mostra poderá ser visitada de terça a sexta-feira, entre as 9 e as 12 horas e das 14 e 30 às 18 horas, bem como aos sábados e domingos, das 14 e 30 às 19 horas.

SUGESTÃO

Régio e Nemésio

A Câmara Municipal de Coimbra vai assinalar o centenário do nascimento dos escritores José Régio e Vitorino Nemésio com um vasto programa cultural. Coimbra foi a cidade que uniu as vidas de José Régio e Vitorino Nemésio, com a qual mantiveram permanentes ligações. Por isso, o presidente da autarquia, Manuel Machado, considera justificada a homenagem às duas personalidades marcantes da literatura portuguesa contemporânea.

A data de arranque da iniciativa, a 10 de Março, não foi escolhida ao acaso, mas por ter sido no mesmo dia, no ano de 1927, que foi fundada a revista «Presença», considerada o órgão do segundo modernismo, da qual José Régio foi director e Vitorino Nemésio colaborador.

As comemorações arrancam sábado com o colóquio «Escritas e posteridades / Os papéis e os rastros de Régio e Nemésio», que conta com a participação vários estudiosos herdeiros da prosa nemesiana.

Até ao final do Outubro serão analisadas «as relações entre o religioso e o erético, profunda e singularmente entrelaçadas na obra de um e de outro», a intuição nemesiana sobre a rádio e televisão e «o reconhecimento precoce, por parte de José Régio, das virtualidades expressivas do cinema», entre outros temas.

Em 20 de Dezembro é inaugurada uma exposição com pinturas do irmão de José Régio, Júlio (de pseudónimo Saul Dias), prolongando-se até Janeiro.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Ambiciosa

Para aqueles fantasmas que passaram,
Vagabundos a quem jurei amar,
Nunca os meus braços lânguidos traçaram
O voo dum gesto para alcançar...

Se as minhas mãos em garra se cravaram
sobre um amor sem sangue a palpitar...
— Quantas panteras bárbaras mataram
Só pelo raro gosto de matar!

Minha alma é como a pedra funerária
Erguida na montanha solitária
Interrogando a vibração dos céus!

O amor dum homem? — Terra tão pisada,
Gota de chuva ao vento baloiçada...
Um homem? — Quando eu sonho o amor de um
Deus!...

Florbela Espanca

In «Sonetos»
Livraria Bertrand — Lisboa, 1978

CONCERTO

ORQUESTRA DO NORTE

9 de Março, 21h30

José Ferreira Lobo — maestro
Sabina Laurain — flauta

Obras de Filipe Pires, Nielsen e Dvorak

Cine-Teatro de Amarante



PACTO DE ESTABILIDADE REFORMA FISCAL E OFF-SHORES

1. As posições da Comissão Europeia sobre as contas e as propostas de Pactos de Estabilidade actualizados pelos diferentes Governos vão ganhando um outro espírito crítico, contradizendo frequentemente o que se julgaria indiscutível. A cimeira de Nice, a assumpção clara de responsabilidades pelo comissário Pedro Solbes e a proximidade da adopção física do euro estarão a criar condições para a aplicação de critérios indicadores de algum federalismo monetário e financeiro.

2.- A devolução do pacto elaborado pela Áustria, a fortíssima crítica feita à Irlanda e as críticas e sugestões apresentadas ao governo português são indicadores de que, avançando a integração dos sistemas financeiros, a lógica de zona monetária obriga a um cada vez maior rigor orçamental e a uma maior coordenação.

3.- Entretanto, a direita dos interesses -, representada nas actuais presidências da CIP e da Associação Portuguesa de Bancos, alojados no CDS/PP bem como em largos sectores do PPD/PSD - desencadeia uma fortíssima operação mediática e política contra aspectos

determinantes da Reforma dos Impostos sobre o Rendimento, misturando algumas críticas que merecerão análise cuidada com uma posição absolutamente destrutiva sobre aspectos clara e obviamente positivos da Reforma em curso.

4.- Entretanto, a ratificação parlamentar do novo acordo que evita a dupla tributação entre Portugal e o Brasil permite reflectir sobre a questão dos off-shores e da circulação dos fluxos de capitais neste contexto.

O Brasil tinha denunciado o acordo, durante a anterior legislatura portuguesa, para evitar a sua renovação automática (nos termos do então convencionado) enquanto a negociação com o Governo português prosseguia. E um dos aspectos essenciais que preocupava o Governo brasileiro (e nomeadamente o seu Ministério das Finanças) era a utilização por determinados capitais brasileiros de off-shores (designadamente o da Madeira) como base de triangulação de fluxos financeiros que não eram sujeitos a tributação em nenhum Estado.

5.- Oportunamente, o Governo português formalizou um aviso junto da Comissão

Europeia relativo ao novo regime que se pretende aplicar nos off-shore da Madeira e de Sta. Maria. Avisadamente, o Plenário da Assembleia da República aprovou a nova legislação sobre os off-shore da Madeira e de Sta. Maria, elaborada em coerência com o aviso governamental feito à Comissão Europeia, compatibilizando os interesses já presentes nos centros financeiros em causa com uma gradual aplicação de impostos, que seja harmónica com a perspectiva de coordenação fiscal dominante na União Europeia e na própria OCDE.

6.- O novo acordo Portugal-Brasil exclui expressamente essa possibilidade de triangulação financeira, nos termos em que era feito utilizando diversos off-shores nomeadamente os de Manaus e da Madeira.

Servirá certamente o acordo para facilitar o desenvolvimento de investimentos e outros negócios envolvendo Portugal e o Brasil e também por essa via, contribuindo para o estreitamento das relações económicas, culturais e políticas entre os dois Estados, no contexto da Comunidade de língua Portuguesa, da União Europeia e do Mercosul.

«A culpa não pode morrer solteira»
Jorge Coelho
Conferência de Imprensa, 5 de Março

«Eu não brinco com coisas sérias, não brinco com o exercício do poder político, não brinco com o sentido ético da política»
Idem, ibidem

«Se a globalização continuar a ser determinada pelos interesses imediatos de economias dominantes e de transnacionais reunidas em directórios informais - que se estão a multiplicar e que impõem a sua lei -, podem-se acentuar as desigualdades que já hoje muitos desses povos sofrem»

Fernando Pereira Marques
Revista «Finisterra»

«O planeta tende a transformar-se num único espaço comunicacional - a aldeia global de que falava MacLuhan - e económico, mas a submissão desse espaço à lógica mercantil e capitalista impede que, simultaneamente, se municipalizem a riqueza, as técnicas, os conhecimentos, a paz e a tolerância, os valores democráticos e a cultura humanista»
Idem, ibidem

«A estruturação e a regulação da globalização, ao contrário do que pretende o simplismo tecnocrático dos neoliberalistas, passa pela preservação das soberanias nacionais no que estas têm de essencial»
Idem, ibidem



Quero ser assinante do Partido Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

